

EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

VOLUME II

MÔNICA APARECIDA BORTOLOTTI
MARICLÉIA APARECIDA LEITE NOVAK
Organização



EDITORES ● ● ●

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

VOLUME II

MÔNICA APARECIDA BORTOLOTTI
MARICLÉIA APARECIDA LEITE NOVAK
Organização



Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin, UFOB.

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos, UEL.

Prof^a. Dr^a. Camila do Nascimento Cultri, UFSCar.

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo, UCB.

Prof^a. Dr^a. Fabiane dos Santos Ramos, UFSM.

Prof^a. Dr^a. Alessandra Regina Müller Germani, UFFS.

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins, UFFS.

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa, UFN.

Prof. Dr. Pedro Henrique Witches, UFES.

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler, UFSM.

Prof^a. Dr^a. Liziany Müller, UFSM.

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza, UNISC.

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio, UFRGS.

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos, UFU.

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado, UFJF.

Prof^a DR^a. Mônica Aparecida Bortolotti, UNICENTRO.

Prof^a. Msc. Maricléia Aparecida Leite Novak, UNICENTRO.

Prof^a Msc. Gabrielle Santangelo Leiner, FATEB.

Prof. Msc Almir Cléydison Joaquim da Silva, UFPR.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Estudos contemporâneos em ciências contábeis e
administração pública [livro eletrônico] :
volume II / organização Mônica Aparecida
Bortolotti, Maricléia Aparecida Leite Novak.
-- 2. ed. -- Santa Maria, RS : Arco Editores,
2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5417-101-4

1. Administração pública 2. Ciências contábeis
I. Bortolotti, Mônica Aparecida. II. Novak,
Maricléia Aparecida Leite.

23-149106

CDD-657

Índices para catálogo sistemático:

1. Contabilidade 657

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



10.48209/978-65-5417-101-4

Diagramação e Projeto Gráfico: Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa: Designed by canva

Revisão: Organizadores e Autores(as)

ARCO EDITORES

Telefone: 5599723-4952

contato@arcoeditores.com

www.arcoeditores.com

Prefácio

Mônica Aparecida Bortolotti
Maricléia Aparecida Leite Novak

Convido você a desfrutar conosco, da leitura de cinco capítulos, com estudos contemporâneos em Administração e Ciências Contábeis, que foram desenvolvidos em Universidades do Estado do Paraná, nos últimos anos.

O capítulo 1 é sobre o balanço social, as autoras apresentam a pesquisa que teve como tema: PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL EM UMA EMPRESA DO RAMO DE PAPEL TISSUE. O Balanço Social é um demonstrativo que foi elaborado com a finalidade de tornar pública a responsabilidade socioambiental das organizações. Este instrumento de gestão, disponibiliza dados aos usuários da informação contábil sobre as políticas internas dirigidas à ascensão humana de seus empregados e à qualidade de vida nas instituições; sobre a constituição e distribuição da riqueza; da conduta nas organizações com relação ao meio ambiente e quanto a contribuições voluntárias à sociedade em geral. No presente estudo objetiva-se elaborar o Balanço Social de acordo com o modelo IBASE em uma empresa do ramo de papel Tissue, considerada uma das líderes destes produtos no Estado do Paraná. Os procedimentos metodológicos caracterizam a pesquisa como bibliográfica, documental e estudo de caso. Para tanto foi realizada revisão de literatura sobre o Balanço Social como estratégia de competitividade nas organizações. Foram também analisados os documentos internos da empresa de diversos setores, os quais foram estruturados em planilhas do Excel e em sequência transmitidos para a estrutura do Balanço Social, de acordo com o modelo IBASE. O período de análise compreendeu os anos de 2016 a 2018. Os resultados da pesquisa mostraram que a empresa possui informações suficientes para elaborar o

Balanço Social, não tendo somente a informação da Demonstração do Valor Adicionado em sua estrutura. De forma ampla, pode-se observar que o emprego do Balanço Social, contribui para a reputação corporativa da empresa, o que se reflete em aumento de eficiência e resultados, como os observados na empresa objeto da análise.

No capítulo 2, os autores abordam a Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na modalidade de Substituição Tributária (ST), e o título do trabalho é: O IMPACTO DO ICMS-ST NO PREÇO DE VENDA DE MEDICAMENTOS DE UMA DROGARIA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ. O objetivo da pesquisa foi verificar a influência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na modalidade de Substituição Tributária (ST) na composição dos custos de medicamentos. Na modalidade ST o recolhimento do ICMS é antecipado, por meio do Preço Máximo a Consumidor definido pelo Estado do Paraná, independente do regime de tributação que a empresa estiver inscrita. Os procedimentos metodológicos aplicados são de pesquisa descritiva, bibliográfica e documental. A abordagem é quantitativa. Os produtos objeto da análise foram quinze ao total, selecionados a partir de seu percentual de participação no faturamento total da empresa. Os resultados da pesquisa indicam que na modalidade de Substituição Tributária incorre em um aumento no preço de venda da mercadoria para o consumidor final, em todos os produtos analisados, cujo aumento no preço de venda ao consumidor final oscila de 7,28% a 31,97%.

No capítulo 3, as autoras estabelecem uma relação entre Custos e Sustentabilidade, através do estudo sobre: AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DESENVOLVIDAS POR POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM

PRUDENTÓPOLIS - PR: UM OLHAR SOBRE A ÉGIDE DOS CUSTOS. A gestão ambiental é um sistema de planejamento, prática, responsabilidades e procedimentos que busca evoluir e estruturar políticas que motivam o controle dos problemas ambientais que a empresa tem ou terá ter no futuro. Nesse sentido, as empresas que atuam dentro do ramo de abastecimento de combustíveis, se comprometem cada dia mais com esse tema, visto que precisam garantir o prosseguimento de seus negócios empresariais, compreendendo a gestão de resíduos como uma ferramenta indispensável alcançar o caminho da sustentabilidade, por meio de mecanismos de controle, preservação e recuperação ambiental. Dessa forma, esse trabalho buscou analisar qual a relevância dos custos das ações ambientais realizadas pelos postos de combustíveis localizados na cidade de Prudentópolis-Paraná. A metodologia utilizada foi bibliografia, documental e estudo de múltiplos casos com uma abordagem qualitativa. Os resultados apontam que os custos ambientais tem relevância tanto pelo benefício ambiental como social, considerando que o investimento em custos ambientais são altos mas reduzem custos com multas e sanções pelo não cumprimento das legislações pertinentes a atividade de postos de combustíveis. A gestão de custos, a contabilidade ambiental são ferramentas que auxiliam a gestão empresarial, em ações efetiva para sustentabilidade na empresa e se tornam diferenciais competitivos no mercado

O capítulo 4 é sobre contabilidade gerencial e os autores compartilham um estudo sobre: CURVA ABC: CONTRIBUIÇÕES NO GERENCIAMENTO DOS ESTOQUES E OTIMIZAÇÃO DOS RESULTADOS EM UMA EMPRESA DE AUTOPEÇAS O controle de estoques é uma das áreas que requer atenção redobrada dentro das organizações. A partir da gestão dos estoques é possível identificar itens que mantem-se estáticos por longos períodos, concentrando investimentos que consomem o capital de giro das empresas. Neste contexto,

a Curva ABC surge como uma ferramenta gerencial e método de controle de estoques, possibilitando aos gestores uma visão geral de todos os produtos devido a classificação em três classes, utilizando como base o seu valor monetário. Neste contexto, a presente pesquisa busca analisar a contribuição da Curva ABC no gerenciamento de estoques para a otimização dos resultados financeiros em uma empresa de autopeças, a fim de identificar a rotatividade e a representatividade do estoque em relação ao faturamento da empresa. Ainda, pretende-se verificar se os controles de estoque, utilizando-se da curva ABC, corroboram com os resultados da empresa. Com o levantamento e análise dos dados, foi possível indicar que a Curva ABC, utilizada como ferramenta de gestão de estoque, contribui com os resultados da empresa.

Por fim, no capítulo 5 o estudo é sobre: ANÁLISE MOTIVACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO SETOR DA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR EM BANDEIRANTES-PR. O presente trabalho visa analisar aspectos relevantes sobre a análise motivacional dos servidores públicos da Secretaria de Educação no setor da documentação escolar do município de Bandeirantes, no estado do Paraná. Desse modo, apresenta-se como principal objetivo da pesquisa elaborada, com base em teorias embasadas, identificar fatores que levam o público alvo a se motivarem ou se desmotivarem para o trabalho, buscando avaliar se os trabalhadores do setor tem reivindicação para serem atendidas, e para tanto há possibilidades de serem atendidos. Através da metodologia de pesquisa aplicada, utilizou-se de questionários para obter dados importantes sobre a motivação do público alvo para desempenhar as funções. Contudo, obteve-se resposta afirmativa, ao correlacionar infraestrutura, comunicação, política salarial, relacionamento com chefias e colegas e autorrealização para motivar o funcionário a cumprir a missão, visão e valores do setor em análise.

Sumário

CAPITULO 1

PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL EM UMA EMPRESA DO RAMO DE PAPEL TISSUE.....11

Evandra Erica Kruk

Marinês Taffarel

Maricléia Aparecida Leite Novak

Yaskara Max Raimundo Fegert

doi: 10.48209/978-65-5417-101-1

CAPITULO 2

O IMPACTO DO ICMS-ST NO PREÇO DE VENDA DE MEDICAMENTOS DE UMA DROGARIA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ.....31

Luís Gustavo Batista Caetano

Gelson Menon

doi: 10.48209/978-65-5417-101-2

CAPITULO 3

AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DESENVOLVIDAS POR POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM PRUDENTÓPOLIS-PR: UM OLHAR SOBRE A ÉGIDE DOS CUSTOS.....49

Silmara Alexandre Delfino

Maricléia Aparecida Leite Novak

doi: 10.48209/978-65-5417-101-3

CAPITULO 4

CURVA ABC: CONTRIBUIÇÕES NO GERENCIAMENTO DOS ESTOQUES E OTIMIZAÇÃO DOS RESULTADOS EM UMA EMPRESA DE AUTOPEÇAS.....	76
--	-----------

Rodrigo Alessi

Gelson Menon

doi: 10.48209/978-65-5417-101-0

CAPITULO 5

ANÁLISE MOTIVACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO SETOR DA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR EM BANDEIRANTES-PR.....	98
--	-----------

Isabel Cristina Xavier Bilar

Mônica Aparecida Bortolotti

Almir Cléydison Joaquim da Silva

Gabrielle Santangelo Leiner

doi: 10.48209/978-65-5417-101-5

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	122
------------------------------------	------------

SOBRE OS AUTORES.....	124
------------------------------	------------

CAPÍTULO 1

PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL EM UMA EMPRESA DO RAMO DE PAPEL TISSUE

Evandra Erica Kruk

Marinês Taffarel

Maricléia Aparecida Leite Novak

Yaskara Max Raimundo Fegert

Doi: 10.48209/978-65-5417-101-1

Introdução

Com o crescimento da economia mundial emergiram novos anseios na sociedade, que passou a requisitar certos padrões de qualidade e responsabilidade socioambiental, fazendo com que as organizações implantassem alternativas para satisfazer a essas demandas. Conforme Azevedo e Cruz (2006), essas informações, até então consideradas insignificantes, passam a colaborar para o desenvolvimento sustentável, empregando como instrumento para divulgar

essas informações o Balanço Social, no qual é possível apurar as relações da empresa com os seus colaboradores, com a sociedade e com o meio ambiente.

De acordo com Pinto (2016) o consumidor na sociedade atual, exige cada vez mais, padrões de responsabilidade social das entidades. Essa responsabilidade socioambiental por parte das organizações, pode ser demonstrada aos consumidores por meio do Balanço Social.

O Balanço Social é um instrumento de gestão, que foi desenvolvido com a finalidade de tornar explícita a responsabilidade socioambiental das empresas. Este, disponibiliza dados aos usuários da informação contábil, em torno das políticas internas das entidades direcionadas a qualidade de vida dos colaboradores, assim como, o modo de distribuição da sua riqueza, além da apresentação com relação ao meio ambiente e as contribuições voluntárias incorporadas à sociedade (PINTO e RIBEIRO, 2004).

Segundo Tinoco (2008) o Balanço Social destina-se a diversos grupos de usuários, dos quais destacam-se os colaboradores, clientes, sócios, sindicatos de trabalhadores, bancos, fornecedores, credores, autoridades fiscais, Estado, sociedade, pesquisadores, professores e todos os geradores de opinião.

Em síntese, Balanço Social é um levantamento dos principais indicadores de desempenho econômicos, sociais e ambientais da organização. Este, é visto como uma ferramenta que amplia a comunicação com os diversos públicos que a empresa se relaciona: acionistas, clientes, comunidade, colaboradores, fornecedores, governo, organizações não-governamentais, mercado financeiro e sociedade (GODOY, 2007).

Portanto, o objetivo deste trabalho é elaborar o Balanço Social de acordo com o modelo IBASE, em uma empresa do ramo de papel Tissue que não realiza tal demonstrativo, e analisar a sua estrutura de acordo com as informações obtidas.

Balanco Social

O Balanço Social é um demonstrativo que apresenta de forma quantitativa e qualitativa os investimentos e projetos das empresas que buscam o bem-estar da sociedade, assim como, a redução dos possíveis danos ambientais decorrentes de suas atividades, ou seja, tem a capacidade de fomentar o lado social e humano da organização. É um instrumento que demonstra a informação da empresa para a sociedade, uma ferramenta que agrega valor aos negócios, pois por meio do balanço, pode-se criar uma relação de credibilidade com clientes, colaboradores, investidores e demais usuários (DANTAS, 2011).

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008, p. 87) o Balanço Social é: “um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários”.

As empresas que publicam o Balanço Social devem evidenciar de forma clara e objetiva as políticas praticadas e os reflexos em seu patrimônio. Sem essa prática, uma organização não conseguirá obter resultado satisfatório, uma vez que a responsabilidade social exige que a empresa rompa preconceitos, seja transparente e tenha uma constante ligação com seus usuários (FERRAZ; SCUDELER, 2009).

Para Colares *et al.* (2012) este demonstrativo não é uma ferramenta de evidenciação somente para as empresas com fins lucrativos. A questão socio-ambiental é uma preocupação global, e mesmo as organizações sem fins lucrativos e órgãos governamentais estão sujeitas a coerção social para divulgarem sua contribuição à sociedade e ao meio ambiente.

Segundo Dantas (2011), o Balanço Social deve ser composto de indicadores coerentes e que possam ser comparados com dois ou mais exercícios, de

forma simples, objetiva e de fácil entendimento, devendo ser extensivamente divulgado. Para atender a esses quesitos o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), desenvolveu um modelo que tem como objetivo estimular as empresas em elaborar e divulgar o seu Balanço Social.

O modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE mostra de maneira detalhada, os números relacionados à responsabilidade social da empresa, apresentando informações sobre a folha de pagamento, os gastos com encargos sociais dos funcionários, e a participação nos lucros. Também detalha as despesas com controle ambiental e os investimentos sociais externos nas diversas áreas, como educação, cultura, saúde etc. (GODOY, 2007). Este modelo contém informações divididas em sete grupos, conforme descreve o Quadro 1, logo abaixo.

Quadro 1 – Descrição dos Grupos do Balanço Social

Grupo	Descrição	Especificação
1	Base de cálculo	Dados sobre geração de receitas, resultado operacional e folha de pagamento bruta
2	Indicadores sociais internos	Gastos com alimentação, educação, capacitação e saúde, dentre outros relacionados aos empregados
3	Indicadores sociais externos	Gastos da empresa na comunidade (saúde e saneamento, cultura, educação etc.) e os tributos
4	Indicadores ambientais	Gastos com despoluição, educação ambiental, investimento em programas externos e outros, seja com os empregados ou sociedade
5	Indicadores do corpo funcional	Número de admissões, estagiários, mulheres, negros e portadores de deficiência física
6	Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Aspectos referentes ao número de acidentes do trabalho, responsabilidade dos padrões de segurança e salubridade existentes
7	Outras informações	Outras informações que a empresa julgar necessárias

Fonte: Godoy (2007, p. 5)

Portanto, o Balanço Social é considerado uma ferramenta de gestão fundamental, pois contribui com que as empresas ressaltem a responsabilidade social, expondo o seu comprometimento com a sustentabilidade. Sua elaboração e divulgação cabe às empresas comprometidas com o fim social e um mundo melhor, gerando o reconhecimento e respeito da comunidade e maior possibilidade de retorno futuro (DANTAS, 2011).

Metodologia

Quanto aos objetivos a pesquisa é descritiva, pois descreve modelo de acordo com o IBASE de Balanço Social. Na concepção de Gil (2007) a pesquisa descritiva tem como fundamental propósito relatar as características de estipulada população ou acontecimento ou o estabelecimento de relações entre as circunstâncias. Uma de suas características mais relevantes está no aproveitamento de técnicas uniformizadas de coletas de dados.

Quanto aos procedimentos a pesquisa classifica-se como: bibliográfica, documental e estudo de caso. Cervo e Bervian (1983, p. 55) descrevem a pesquisa bibliográfica como a que: “explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos”. Sob a concepção de Silva e Grigolo (2002), Beuren (2012, p. 89) destaca que: “a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor”. Conforme Gil (2007, p. 45) a pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. De acordo com Beuren (2012, p. 84) o estudo de caso “caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único

caso. Esse estudo é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico”.

Quanto aos objetivos a pesquisa é quantitativa, pois utiliza como instrumento de estudo a estatística, que descrever a média dos investimentos socioambientais e da rentabilidade, de acordo com a estrutura do Balanço Social. Richardson (1999, p. 70), afirma que: “caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média desvio-padrão às mais complexas, como coeficientes de correlação”.

Para a elaboração do Balanço Social, foram analisados documentos internos da empresa objeto de estudo dos anos de 2016, 2017 e 2018 de diversos setores, como: o do setor de contabilidade, de recursos humanos, segurança do trabalho, sistema de gestão integrada, qualidade, entre outros. As informações obtidas, foram planilhadas em Excel entre os meses de agosto a setembro de 2019 e em sequência transmitidas para a estrutura do Balanço Social de acordo com o modelo IBASE.

Resultados e Discussões

Com base nas informações disponibilizadas pelos setores de contabilidade, de recursos humanos e entre outros, foi estruturado o Balanço Social da empresa objeto de estudo, de acordo com o modelo IBASE. No Quadro 2, são apresentadas as informações financeiras, utilizadas como base de cálculo para a elaboração do BS.

Quadro 2 – Informações Financeiras: Base de Cálculo do Balanço Social

1) Base de Cálculo	2016	2017	2018
Receita líquida (RL)	R\$ 575.190.393,60	R\$ 587.866.527,78	R\$ 674.328.667,20
Resultado operacional (RO)	R\$ 67.184.214,72	R\$ 84.262.343,41	R\$ 62.218.994,09
Folha de pagamento bruta (FBP)	R\$ 39.526.112,91	R\$ 43.556.704,21	R\$ 46.323.040,51

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

* (Valore em R\$)

No primeiro grupo as informações referem-se a receita líquida da empresa, resultado operacional e o valor bruto da folha de pagamento, tomando como base os anos de 2016, 2017 e 2018.

A análise da evolução da receita líquida mostra um crescimento no período analisado. Inicialmente a receita se apresenta em torno dos 575 milhões evoluindo para 674 milhões em 2018, o que representou aproximadamente um crescimento financeiro de 17%. O resultado operacional de 2016 para 2017 aumentou em 25%, devido a uma diminuição dos custos de produção em contrapartida no ano de 2018 há um consumo de recursos maior pela empresa, relacionados a sua receita fazendo com que o seu resultado operacional seja de 62 milhões, ou seja, decaia em 26%, o que representa praticamente 22 milhões a menos do que o exercício anterior, 2017.

Assim como observado na receita líquida, o crescimento do dispêndio com folha de pagamento de pessoal da empresa, apresenta crescimento constante de aproximadamente 17% no período analisado. No ano de 2016, a empresa investia praticamente 40 milhões com pagamento de pessoal e no ano de 2018 passou a investir 46 milhões com esses recursos.

No Quadro 3 são apresentados os valores referentes a aplicação de recursos em áreas sociais internas da organização, denominados de indicadores sociais internos. Estes, apresentam os valores originários, com os devidos percentuais sobre a folha de pagamento e a receita líquida.

Quadro 3 – Indicadores Sociais Internos dos anos de 2016, 2017 e 2018.

Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre FBP	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre FBP	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre FBP	% sobre RL
Alimentação – Vale Alimentação	R\$ 2.825.895,16	7,15%	0,49%	R\$ 2.900.561,27	6,66%	0,49%	R\$ 3.067.953,34	6,62%	0,45%
Alimentação - Refeição	R\$ 1.575.212,95	3,99%	0,27%	R\$ 1.764.532,25	4,05%	0,30%	R\$ 1.754.175,72	3,79%	0,26%
Encargos sociais compulsórios (FGTS e INSS)	R\$ 11.937.626,13	30,20%	2,08%	R\$ 13.112.527,54	30,10%	2,23%	R\$ 14.078.490,83	30,39%	2,09%
Previdência privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde	R\$ 2.441.832,19	6,18%	0,42%	R\$ 2.811.082,79	6,45%	0,48%	R\$ 3.301.406,32	7,13%	0,49%
Segurança e saúde no trabalho	R\$ 51.194,58	0,13%	0,01%	R\$ 138.938,90	0,32%	0,02%	R\$ 148.599,66	0,32%	0,02%
Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	R\$ 331.621,45	0,84%	0,06%	R\$ 188.797,21	0,43%	0,03%	R\$ 381.405,61	0,82%	0,06%
Creches ou auxílio-creche	R\$ 245.074,52	0,62%	0,04%	R\$ 271.535,54	0,62%	0,05%	R\$ 340.468,40	0,73%	0,05%
Participação nos lucros ou resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros - Seguro de vida	R\$ 63.923,12	0,16%	0,01%	R\$ 23.303,33	0,05%	0,0040%	R\$ 77.317,69	0,17%	0,01%
Outros - Transporte	R\$ 599.496,09	1,52%	0,10%	R\$ 584.965,71	1,34%	0,10%	R\$ 609.757,75	1,32%	0,09%
Total - Indicadores sociais internos	R\$ 20.071.876,19	50,78%	3,49%	R\$ 21.796.244,54	50,04%	3,71%	R\$ 23.759.575,32	51,29%	3,52%

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

De acordo com os dados apresentados, é possível verificar que não houve alterações significativas de recursos distribuídos aos funcionários em relação à receita líquida e a folha de pagamento, entre os anos de 2016, 2017 e 2018 e a empresa objeto de estudo, manteve os valores de recursos destinados aos seus funcionários. Neste período o maior indicador social interno, foram os encargos sociais compulsórios e o menor foi o seguro de vida.

A despesa com alimentação é o segundo maior indicador presente no Quadro 3, onde apesar da despesa com alimentação aumentar no período analisado, a proporção dela em relação ao volume da folha de pagamento e receita líquida acaba diminuindo mesmo havendo um crescimento de volume financeiro. Obviamente, a proporção não acompanha o crescimento da folha de pagamento e da receita líquida, tornando o percentual menor de 11,14% (soma dos percentuais de vale alimentação e refeição) em 2016 para 10,41% em 2018, com relação a folha bruta de pagamento. Os encargos compulsórios, se mantêm praticamente no período representando 30% das destinações da empresa e o seguro de vida por ser o menor investimento, oscila em relação aos valores no período analisado. Os demais indicadores presentes no quadro, não apresentam variações significativas.

Na sequência do Balanço Social é apresentado o grupo 3, com dados referentes a valores que a empresa distribuiu para a comunidade externa. No Quadro 4 são apresentadas as informações sobre os indicadores sociais externos.

Quadro 4 – Indicadores Sociais Externos 2016, 2017 E 2018

3) Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde e saneamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros - Doações de fardos de papel Tissue	R\$ 101.639,84	0,15%	0,02%	R\$ 99.803,15	0,12%	0,02%	R\$ 150.437,82	0,24%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	R\$ 101.639,84	0,15%	0,02%	R\$ 99.803,15	0,12%	0,02%	R\$ 150.437,82	0,24%	0,02%
Tributos (excluídos encargos sociais)	R\$ 22.486.200,33	33,47%	3,91%	R\$ 28.383.967,43	33,69%	4,83%	R\$ 20.771.088,20	33,38%	3,08%
Total - Indicadores sociais externos	R\$ 22.587.840,17	33,62%	3,93%	R\$ 28.483.770,58	33,80%	4,85%	R\$ 20.921.526,02	33,63%	3,10%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

A empresa apresenta contribuições a sociedade através dos indicadores sociais externos, os quais são voltados basicamente a doações de fardos de papel a instituições de caridade como hospitais, escolas etc. Dados estes repassados pela coordenadora do setor de recursos humanos. Neste tópico também são apresentados o total de tributos da empresa, referente ao imposto de renda, programas de integração social, contribuição para o financiamento da seguridade social e contribuição social sobre o lucro líquido, que se apresentam em torno dos 33% durante o período analisado.

No Balanço Social, o grupo 4 é destinado aos indicadores ambientais, o quanto a empresa investe dos seus recursos em meio ambiente, informações obtidas junto ao setor contábil da empresa. No Quadro 5, é possível verificar o investimento referente a cada ano.

QUADRO 5 – INDICADORES AMBIENTAIS

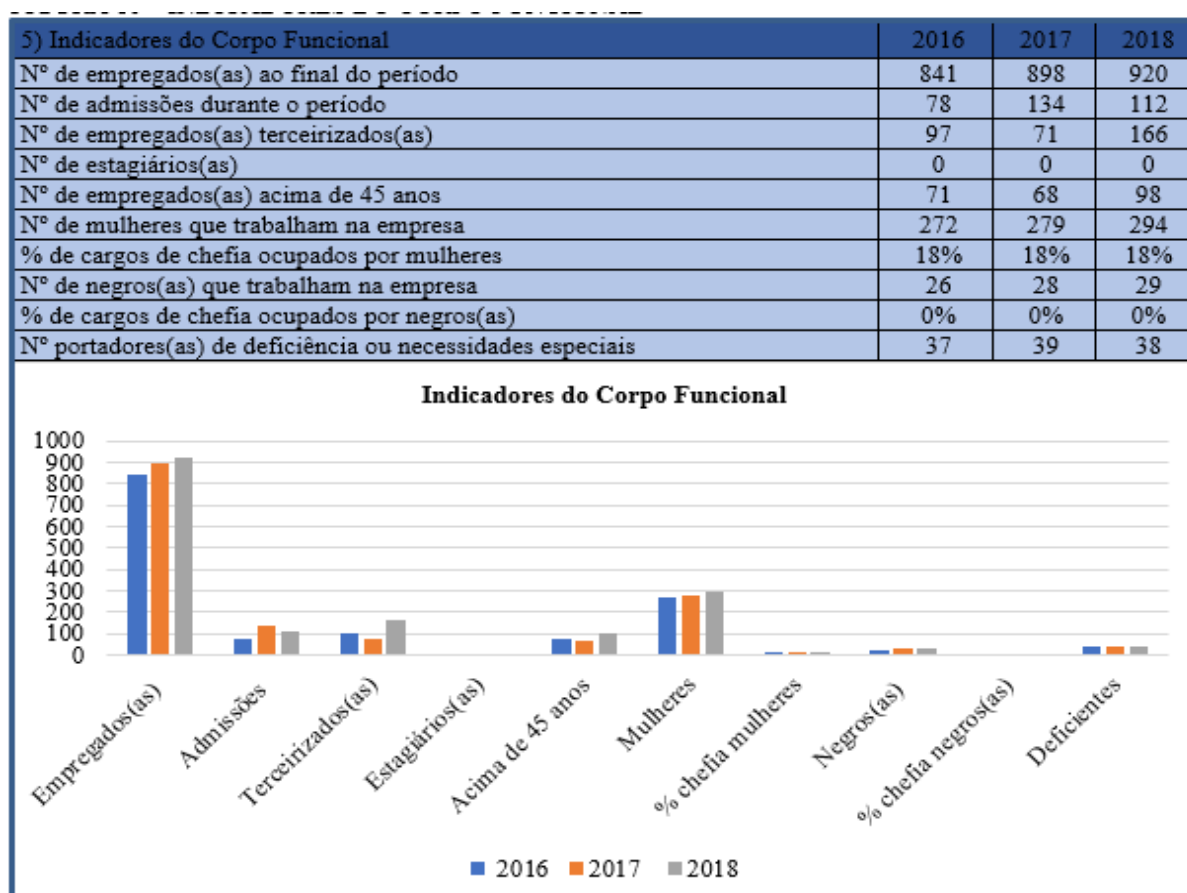
4) Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	R\$ 8.027.150,21	11,95%	1,40%	R\$ 6.914.565,62	8,21%	1,18%	R\$ 7.529.646,26	12,10%	1,12%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	R\$ 80.661,30	0,12%	0,01%	R\$ 102.941,89	0,12%	0,02%	R\$ 89.180,85	0,14%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	R\$ 8.107.811,51	12,07%	1,41%	R\$ 7.017.507,51	8,33%	1,19%	R\$ 7.618.827,11	12,25%	1,13%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	Cumpre de 0 a 50% das metasCumpre de 0 a 50% das metasCumpre de 50% a 75% das metas								

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

A empresa objeto de estudo realiza investimentos ambientais, internos e externos. Os investimentos internos consistem em: custo com o tratamento de água; controle e monitoramento da água; análises laboratoriais em amostras de água e efluentes; serviços de responsabilidade técnica química; custo com o queimador de lodo; avaliação das emissões atmosféricas das caldeiras e dos aquecedores de fluido; implantação do aterro M; gastos com o caminhão da marca volvo; implantação do depósito de resíduos; transporte de resíduos líquidos, resíduos de lâmpadas e resíduos de epis (equipamento de proteção individual) e similares para destinação final; coleta e encaminhamento para destino final de resíduos ambulatoriais; entre outros. E os investimentos externos, constituem-se em patrocínios e doações a instituições de caridade, projetos de sustentabilidade etc. Quanto as metas anuais, a entidade cumpre no período analisado em torno de 51% a 75% do que foi planejado.

Seguindo o modelo proposto, na sequência apresenta-se o grupo 5, onde são elencados a quantidade, gênero, cargos, raça entre outros, conforme estabelecido pelo IBASE, do quadro de funcionários da empresa objeto de estudo, apresentados na Figura 1.

Figura 1 – Indicadores Do Corpo Funcional



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

O número de funcionários referente a cada grupo presente no modelo, foi obtido junto ao departamento de recursos humanos da entidade. Dentro do que se apresenta, verifica-se um aumento no número de admissões, como consequência o aumento do número de funcionários. A empresa não apresenta estagiários, devido a mesma implementar o programa jovem aprendiz que apresenta um corpo funcional de 5% em relação ao número total de funcionários.

O que também se destaca neste grupo, é o percentual de mulheres em cargos de chefia, o qual não se equipara se comparado com o total de homens que é 82% no período analisado. Demonstrando assim, que o sexo masculino é predominante na atualidade em cargos de chefia, onde infelizmente predomina a diferença salarial e contratual. Conforme destaca Eugênio (2019, p. 1)

responsável por coordenar o Observatório Nacional do Mercado de Trabalho do Ministério da Economia:

Na média, as mulheres continuam ganhando menos que os homens. Essa situação pode ser explicada pelo fato de que a participação feminina no mercado de trabalho formal está concentrada em ocupações que apresentam remuneração mais baixa. Além disso, as mulheres ainda ocupam menos os cargos de chefia e persistem os fatores discriminatórios no ambiente de trabalho, que precisam ser combatidos.

Os demais grupos apresentados na Figura 1, não apresentaram destaque efetivo se mantendo aparentemente com alterações pouco variáveis.

Em relação aos acidentes de trabalho, esses aumentaram constantemente, o que é um ponto negativo, pois espera-se que eles sejam reduzidos. Uma possível explicação para tal fato é o aumento do número de funcionários novos despreparado quanto à segurança, e os funcionários antigos que se recusam a mudar a maneira de executarem as tarefas, devido as mesmas serem elaboradas daquela maneira por um grande período de tempo, e acharem que “nada irá acontecer”.

Outro ponto de destaque, é o número de reclamações solucionadas que aumentou, o que demonstra que a empresa objeto de estudo, procura satisfazer as necessidades dos clientes e investir cada vez mais na qualidade de seus produtos. Demais informações presentes no Quadro 6, demonstram que a organização busca a qualidade e responsabilidade socioambiental da matéria-prima adquirida com seus fornecedores, e incentiva e apoia os projetos sociais e ambientais desenvolvidos na comunidade.

Devido à falta de acesso as demais demonstrações contábeis da empresa pertinentes a elaboração da DVA, não foi possível a construção deste demonstrativo. No que se refere ao tópico “outras informações relevantes” a empresa objeto de estudo, não apresentou informações relevantes a serem destacadas neste campo.

Considerações Finais

O Balanço Social é um demonstrativo que evidencia as informações referentes ao comportamento da empresa na esfera social, humana e ambiental, seu comprometimento e responsabilidade socioambiental. Informações levadas nesse relatório quando analisadas de forma correta, colaboram no planejamento e execução de ações empregadas de melhorias para os colaboradores, meio ambiente e sociedade.

Deste modo, a elaboração do Balanço Social certifica a intenção e o comprometimento da empresa com a responsabilidade socioambiental. Elaborar o Balanço Social, também simboliza para a empresa a oportunidade de integração em novos mercados, participação em fóruns globais e assessoria no processo de decisão abrangendo os investimentos, pois a prática da responsabilidade socioambiental é uma exigência da sociedade em geral.

Este demonstrativo tem como objetivo, informar o resultado da relação da empresa com o meio em que se está inserida. As principais informações que este demonstrativo deve conter são: qualidade de vida na organização, políticas que visem a promoção humana, perspectiva da empresa em relação ao meio ambiente, composição e distribuição da riqueza produzida pela empresa, políticas externas direcionadas à educação, esporte, beneficência, etc.

O desenvolvimento do presente estudo, com base nos documentos analisados, possibilitou a elaboração do Balanço Social na empresa objeto de estudo. Verificando-se o Balanço Social, percebe-se a participação ativa da organização em programas de auxílio a educação, saúde, esporte e lazer, voltados ao quadro de funcionários, como também, investimentos importantes para a sociedade, colaborando para a melhor qualidade de vida de todos os envolvidos, direta e indiretamente, em suas ações.

Conforme desempenha a empresa objeto de estudo, investir em pessoal é fundamental para manter a empresa competitiva, ou seja, tais investimentos tornam uma equipe preparada para inovar. As entidades além de adotarem estratégias econômicas financeiras, cujo principal objetivo é o lucro não atingiriam o êxito sem a estratégia social, que é composta de ações para reconhecer, motivar e fidelizar os colaboradores, que fazem parte da empresa e são peças fundamentais para o sucesso do seu negócio (DANTAS, 2011).

Os resultados da pesquisa mostraram ainda que a empresa aumentou o seu volume de receitas, especialmente no ano de 2018. Em relação aos investimentos ambientais, o ano de 2016 é destacadamente o de maior aplicação destes recursos. Pode-se constatar ainda, que a empresa apresenta de forma sistêmica investimentos socioambientais o que lhe proporciona, de forma ampla, benefícios múltiplos, tanto para a empresa quanto para ao meio em que se está inserida. Assim, o emprego de práticas socioambientais responsáveis, permite a admiração e respeito da sociedade, contribuindo para a reputação corporativa da empresa, o que se reflete em aumento de eficiência e resultados, como os observados na empresa objeto da análise.

Referências

AZEVEDO, T. C.; CRUZ, C. F. **Balanço Social como Instrumento para Demonstrar a Responsabilidade Social das Entidades:** Uma Discussão Quanto à Elaboração, Padronização e Regulamentação. Trabalho classificado em 3º lugar e apresentado na 53ª Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro – 2006.

BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica:** para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COLARES, Ana Carolina Vasconcelos *et al.* O balanço social como indicativo socioambiental das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F Bovespa. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, p. 83-100, 2012.

DANTAS, Fabiano. Balanço social e a responsabilidade social nas empresas. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 15, n. 21, 2011.

DIAS, Dirceu Rodrigues; FILIPIN, Roselaine; TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro. Balanço Social: aplicação do modelo Ibase em uma organização hospitalar do estado de Santa Catarina. **VII EGEPE Encontro de empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**. Florianópolis-SC, 2012.

EUGÊNIO, Mariana. Mulheres ocupam 43,8% dos cargos de chefia no país. Ministério da Economia, 8 mar. 2019. Disponível em: <<http://www.economia.gov.br/noticias/2019/03/mulheres-ocupam-43-8-dos-cargos-de-chefia-no-pais>>. Acesso em: 24 out. 2019.

FERRAZ, Márcio Oliveira; SCUDELER, Valéria Cristina. O balanço social como indicador da responsabilidade social empresarial. **Universitas**, n. 2, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, M. *et al.* Balanço Social: Convergências e divergências entre os modelos do IBASE, GRI e Instituto ETHOS. In: **I Congresso UFSC de Controladoria e Finanças**. 2007.

MARTINS, A. S. R.; QUINTANA, A. C.; JACQUES, F. V. S.; MACHADO, D. P. O balanço social como um instrumento de informação para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande. **Revista Contemporânea De Contabilidade (RCC)**. UFSC, Florianópolis, v.10, n.19, p.49-70, jan./abr., 2013.

MAZZIONI, Sady; TINOCO, João Eduardo Prudêncio; OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. Informações Evidenciadas no Balanço Social: As Percepções dos Gestores de Forma Comparada à Literatura. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, ISSN 1807-1821, Vol. 4, Nº. 7, 2007, págs. 61-80.

OLIVEIRA, J. A. P. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, art. 2, jan./jul. 2005.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. Balanço Social: Avaliação de Informações Fornecidas por Empresas Industriais Situadas no Estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade e Finanças - USP**, São Paulo, n. 36, p. 21 - 34, setembro/dezembro, 2004.

PINTO, Érica de Oliveira; SELL, Filipy Furtado. A importância do Balanço Social como instrumento de transparência na gestão das fundações de apoio vinculadas à UFSC. **14º ECECON - Encontro Catarinense de Estudantes de Ciências Contábeis**, Florianópolis/SC, 2016.

PIRES, Mirian Albert; ARRIGONI, Fernando José. A Ausência de Padronização e o seu Reflexo na Análise dos Balanços Sociais: um Estudo de Quatro Grandes Empresas Capixabas. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2003.

RENGEL, S. *et al.* Importância do balanço social para as entidades do terceiro setor sob a ótica dos gestores das APAES da região do Alto Vale do Itajaí/SC. **Pensar Contábil**, v. 14, n. 53, p. 5-15, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.

CAPÍTULO 2

O IMPACTO DO ICMS-ST NO PREÇO DE VENDA DE MEDICAMENTOS DE UMA DROGARIA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

Luís Gustavo Batista Caetano

Gelson Menon

Doi: 10.48209/978-65-5417-101-2

Introdução

O Estado é uma instituição de existência necessária para que haja a manutenção ordenada de uma sociedade, o que por si só, gera a necessidade de recursos para que isso se concretize. Isso é evidenciado na Constituição Federal de 1988, que no art. 145, incisos I, II e III prevê a criação de tributos, taxas e contribuições de melhoria pela União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios de acordo com a sua competência.

No Estado do Paraná, foi sancionada em 14 de novembro de 1996, a Lei nº 11.580, ou Lei Orgânica do ICMS, com base no disposto na Lei Complementar nº 87 de 1996 e no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º da Constituição Federal, regulamentando dentro do Estado o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Ainda que inicialmente haja relação entre fato gerador e contribuinte, Mazza (2018) aponta que por força de conveniência arrecadatória, o legislador pode eleger pessoa não diretamente relacionada ao fato gerador para efetuar o recolhimento do tributo devido, a chamada substituição tributária, e, por meio dela, são reduzidos os riscos de sonegação e centralizada a fiscalização em um só contribuinte. Nem mesmo microempresas e empresas de pequeno porte deixam de ser alcançadas pela substituição tributária, visto que o art. 13, inciso § 1º, alínea a da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, determina a empresas optantes pelo Simples Nacional a não exclusão da incidência do regime de substituição tributária, sendo aplicada a elas a legislação vigente para as demais pessoas jurídicas.

No Paraná a substituição tributária abrange uma gama considerável de produtos, dentre os quais estão os medicamentos e outros, dispostos no Anexo IX do Regulamento de ICMS publicado através do Decreto nº 7.871 de 29 de setembro de 2017. No cálculo da substituição tributária o Preço Máximo a Consumidor (PMC) sugerido pelo fabricante ou em inexistência deste, o somatório de valor da operação, valores de seguro, frete e outros encargos cobrados, adicionada a Margem de Valor Agregado (MVA) definida pelo Estado com base em preços usualmente praticados integram a base de cálculo do imposto antecipado.

Valadares (2019) aponta um agravante ao regime de substituição tributária progressiva em casos em que a empresa substituída é optante do Simples Nacional, que é a possibilidade do preço de venda estimado para basear o pagamento antecipado de imposto não ser alcançado, além do impacto no fluxo de caixa da empresa, que na aquisição de mercadoria tem de arcar com valor de imposto sobre uma operação que sequer ocorreu.

Neste contexto, a pesquisa buscou evidenciar qual o impacto do ICMS ST na formação do preço de venda de medicamentos de uma drogaria optante do Simples Nacional de modo a entender de que maneira isso influencia nesse processo.

Referencial Teórico

Nesta seção apresenta-se o referencial teórico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa.

Contabilidade Gerencial e Formação do Preço de Venda

Marion e Ribeiro (2011) conceituam a contabilidade gerencial como o processo de identificação, mensuração, análise, preparação, interpretação e comunicação das informações financeiras registradas pela contabilidade, de modo com que os gestores possam planejar, avaliar e controlar o desempenho da organização garantindo o uso adequado e responsável de seus recursos.

Borget (2014) explica que a Gestão de Custos está atrelada a Contabilidade Gerencial nesse sentido, tendo em vista que com base nas informações contábeis registradas tem como finalidade ser útil na tomada de decisão de precificação e custeio dos produtos pelos gestores.

De acordo com Soares (2012), a precificação é de grande relevância para as organizações, frente a variáveis que podem exercer influência nesse proces-

so, seja o mercado, governo, consumidores ou a concorrência. Padoveze (2006) explica que o modelo de formação de preços baseado em custos consiste no cálculo do custo de aquisição dos produtos e a adição de uma margem de lucro objetivada pela organização, supondo que o mercado absorva a quantidade ofertada ao preço definido por esse método.

Para Faliguski (2010) o preço de um produto é utilizado como termômetro pelo cliente no momento de avaliar o custo-benefício de fazer uma aquisição. Se o valor for muito alto, há o risco de o consumidor não comprar o produto, e, se muito baixo, a organização corre o risco de apurar prejuízo. Nesse contexto, o preço é definido como a soma de valores que o consumidor aceita trocar pelos benefícios de ter ou utilizar um determinado produto.

Impostos Incidentes na Formação de Preço e ICMS no Simples Nacional

Schoueri (2018) define o tributo como uma prestação compulsória em moeda corrente, não paga por vontade própria mas por determinação legal. Para Sabbag (2017) é resultado da exigência do Estado, fundado em lei como expressão da vontade coletiva, visto que é uma prestação exigível para o custeamento das despesas coletivas.

Conforme Bruni e Famá (2002), a compreensão de custos, preços e das margens de lucro requer atenção na análise dos tributos incidentes sobre a operação. Ainda que os impostos não sejam registrados contabilmente nos custos dos produtos, são componentes importantes no processo de formação de preços. Os preços praticados devem ser capazes de cobrir os custos plenos, gerar margem razoável de lucro e cobrir todos os impostos incidentes na venda.

Em 14 de dezembro de 2006, foi publicada a Lei Complementar nº 123, também conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de

Pequeno Porte, que estabelece as normas que visam dispensar às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) tratamento favorecido e diferenciado no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O art. 13 da Lei Complementar nº 123 de 2006 define quais os tributos são incluídos no documento de unificada, sendo eles: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o PIS/Pasep, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) para a Seguridade Social, ICMS e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Assim como os outros tributos incluídos no Simples Nacional, o ICMS tem como base de cálculo a receita bruta auferida no mês. As alíquotas aplicáveis são dadas de forma gradual, de acordo com a receita bruta apurada dos últimos 12 meses, que faz parte do cálculo da alíquota efetiva a ser aplicada sobre o faturamento, sendo proporcionalizada de acordo com o percentual de repartições do Anexo I da LC 123/2006.

O art. 18 prevê a concessão de isenção ou redução de ICMS ou ISS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. No Estado do Paraná, a isenção é prevista no Decreto nº 8.660 que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2018.

Substituição Tributária de ICMS

Paulsen (2020) explica que a substituição tributária é um regime de tributação em que o legislador elege um contribuinte que tenha capacidade de colaborar com o Fisco, sendo um facilitador do recolhimento do tributo, através de recursos obtidos junto ao contribuinte por meio de retenção do montante. Este regime visa adiantar o recebimento do imposto por parte do Estado e

simplificar a fiscalização das operações sujeitas ao ICMS. O contribuinte eleito substituto não tem ônus com essa antecipação, tendo em vista que é cobrado do contribuinte adquirente de seus produtos.

A substituição tributária é prevista no art. 6 da Lei Complementar nº 87 de 1996, por meio do Convênio ICMS Nº 81 de 1993. As mercadorias e prestações de serviço sujeitas ao regime de substituição tributária são discriminadas no Anexo IX do Regulamento de ICMS. A base de cálculo se dá pelo somatório de valor da operação, montante pago em seguros, despesas e fretes, e a margem agregada aplicável à operação ou prestação. Nos casos em que seja estabelecido preço final a consumidor por órgão público competente, esse será considerado como base de cálculo para retenção do imposto.

Metodologia

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para atingir os objetivos propostos desta pesquisa. Cervo e Bervian (1996), definem a metodologia científica como a busca pela realidade dos fatos, que uma vez descobertos guiam o uso do método.

A pesquisa se caracteriza como descritiva, visto que tem como objetivo discorrer sobre os resultados encontrados. Gil (2002) define a pesquisa descritiva como descrição das características de determinado fenômeno.

Esta pesquisa tem caráter bibliográfico e documental, uma vez que se utilizou de livros, artigos, teses e normas jurídicas, além de documentos fiscais, relatórios e declarações da empresa. Para Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia tornada pública acerca de determinado tema de estudo, enquanto que a pesquisa documental como explica Flick (2009) permite a análise das informações contidas nos documentos, o que pode ajudar a compreender determinados fenômenos.

Quanto à análise de dados, a pesquisa se utiliza de abordagem metodológica quantitativa, que segundo Richardson (1999) busca descobrir e classificar a influência de variáveis e fatores em um determinado fenômeno, se utilizando de técnicas estatísticas como percentual, média, desvio-padrão, entre outras.

A coleta de dados se deu a partir de informações obtidas de uma drogaria localizada na cidade de Irati, estado do Paraná, optante pelo Simples Nacional, por meio de consulta de documentos fiscais de aquisição e venda de produtos, relatórios e declarações entregues ao fisco entre os meses de setembro de 2020 a agosto de 2021.

Tendo em vista a ampla gama de produtos que a drogaria comercializa, os produtos objeto de análise foram os medicamentos, que são seu principal objeto de venda. Partindo disso, buscou-se evidenciar os quinze principais medicamentos vendidos dentro do período analisado com base no valor que representaram em relação ao faturamento total.

Quadro 1 - Caracterização dos produtos e representatividade em relação ao faturamento total

Produto	NCM	PMC	Total Vendas	Faturamento Total	Particip. Faturamento
Alenia 12 Mcg + 400 Mcg C/60cap	3004.90.99	122,93	4.104,53	729.550,31	0,56%
Citrato De Sildenafil 50 Mg C/ 4 Cp Ver	3004.90.79	26,45	3.006,99	729.550,31	0,41%
Cloridrato De Metformina 850 Mg C/ 30 Cp	3004.90.49	5,10	3.044,68	729.550,31	0,42%
Forxiga 10 Mg C/ 30 Cp	3004.90.59	181,68	3.130,80	729.550,31	0,43%

Ivermectina 6 Mg C/ 4 Cp	3004.90.59	27,65	6.969,10	729.550,31	0,96%
Losartana Potassica 50 Mg C/ 30 Cp Ver	3004.90.69	7,51	3.001,30	729.550,31	0,41%
Losartana Potassica 50mg C/ 60cp Ver	3004.90.69	12,00	9.839,99	729.550,31	1,35%
Maleato De Enalapril 10mg C/ 30 Cp	3004.90.67	11,23	2.749,08	729.550,31	0,38%
Ozempic 025mg+05mg	3004.39.29	819,01	2.485,48	729.550,31	0,34%
Paracetamol 750mg C/20 Cpr	3003.90.55	13,74	2.651,58	729.550,31	0,36%
Sinvastatina 40mg C/ 30 Cpr	3004.90.59	15,00	3.805,70	729.550,31	0,52%
Torsilax C/ 30 Cp	3004.90.37	26,73	3.303,33	729.550,31	0,45%
Xarelto 15 Mg C/ 28 Cp	3004.90.79	301,18	4.926,35	729.550,31	0,68%
Xarelto 20 Mg C/ 28 Cp	3004.90.78	304,47	5.553,27	729.550,31	0,76%
Yaz Flex 3mg + 002mg C/ 30 Cpr	3006.60.00	109,93	2.525,17	729.550,31	0,35%

Fonte: Documentos fiscais de compra e venda (2022).

Os medicamentos selecionados tiveram participação total no faturamento em percentuais que vão de 0,35% a 1,35% do faturamento total da drogaria no período selecionado, sendo que a soma de todos eles é de 8,37% de participação no resultado total apurado. Já os PMC's indicados pelos fabricantes nas notas de compra variam de extremos que vão de R\$ 5,10 a R\$ 819,01.

Resultados e Discussões

Com base nos dados coletados da drogaria foram obtidos os valores de custo e de venda dos produtos especificados na Tabela 2. A partir disso foi evidenciado o cálculo de ICMS próprio, ICMS ST, custo unitário e margem bruta de lucro.

Tabela 1 - Cálculo da margem bruta considerando o custo do produto com a substituição tributária

Produto	Custo Unit.	Aliq ICMS	ICMS	PMC	Base ST	ICMS ST Bruto	ICMS ST Liq.	Custo Unit.	Preço de Venda	Margem Bruta
Alenia 12 Mcg + 400 Mcg C/60cap	59,66	12%	7,16	122,93	103,34	18,62	11,46	71,12	78,93	10,98%
Citrato De Sildenafil 50 Mg C/ 4 Cp Ver	1,09	12%	0,13	26,45	18,66	3,36	3,23	4,32	9,99	131,38%
Cloridrato De Metformina 850 Mg C/ 30 Cp	3,80	12%	0,46	5,1	5,1	0,92	0,46	4,26	5,1	19,66%
Forxiga 10 Mg C/ 30 Cp	118,9	12%	14,27	181,68	152,6	27,47	13,2	132,1	142,31	7,73%
Ivermectina 6 Mg C/ 4 Cp	9,77	12%	1,17	27,65	19,58	3,52	2,35	12,12	24,03	98,23%

Losartana Potassica 50 Mg C/ 30 Cp Ver	2,78	12%	0,33	7,51	4,77	0,86	0,52	3,3	6,24	88,82%
Losartana Potassica 50mg C/ 60cp Ver	5,12	12%	0,61	12	12	2,16	1,55	6,67	12	80,03%
Maleato De Enalapril 10mg C/ 30 Cp	1,87	12%	0,22	11,23	5,55	1,00	0,77	2,64	6,35	140,09%
Ozempic 025mg +05mg	573,3	12%	68,8	819,01	687,97	123,83	55,04	628,34	621,37	-1,11%
Paracetamol 750mg C/20 Cpr	3,62	12%	0,43	13,74	8,1	1,46	1,02	4,64	8,99	93,62%
Sinvastatina 40mg C/ 30 Cpr	5,33	12%	0,64	15	15	2,70	2,06	7,39	13,54	83,21%
Torsilax C/ 30 Cp	4,72	12%	0,57	26,73	17,37	3,13	2,56	7,28	19,9	173,31%
Xarelto 15 Mg C/ 28 Cp	126,6	12%	15,20	301,18	253	45,54	30,34	157	205,26	30,74%
Xarelto 20 Mg C/ 28 Cp	116,15	12%	13,94	304,47	256,1	46,10	32,16	148,31	198,33	33,72%
Yaz Flex 3mg + 002mg C/ 30 Cpr	37,54	12%	4,5	109,93	92,01	16,56	12,06	49,6	66,45	33,98%

Fonte: Documentos fiscais de compra de mercadoria.

A Tabela 1 apresenta o valor de ICMS incidente no custo do produto. O Preço Máximo a Consumidor (PMC) deduzido de reduções de base de cálculo previstas na alínea § 3 do art. 126 da Seção XXIV, Anexo IX do RICMS/PR serve de base de cálculo para a obtenção do valor de ICMS ST Bruto. Com esse valor encontrado, deduz-se o ICMS próprio devido pelo fornecedor e chega-se ao valor de ICMS ST líquido pago unitariamente.

Após a apuração do custo, procede-se o cálculo da Margem Bruta obtida na venda desses produtos, com percentuais positivos que vão de 7,73% a 173,31% em quatorze dos quinze produtos, sendo o “Ozempic 025mg+05mg” o único produto a ter margem negativa, indicando que a drogaria está tendo prejuízo de 1,11% na venda do mesmo.

Dando continuidade ao estudo, para fins de comparação, foi simulado um cenário hipotético de venda desses produtos em que eles não estivessem sujeitos ao Regime de Substituição Tributária no Estado, mas tivessem o imposto apurado dentro do DAS recolhido mensalmente no Simples Nacional.

Tabela 2 - Projeção de venda com o ICMS dentro do Simples Nacional

Produto	Custo Unit	Alíq ICMS	ICMS	Margem	Preço de Venda	Alíq. ICMS	ICMS a Pagar
Alenia 12 Mcg + 400 Mcg C/60cap	59,66	12%	7,16	10,98%	78,93	1,34%	0,88
Citrato De Sildenafil 50 Mg C/ 4 Cp Ver	1,09	12%	0,13	131,38%	9,99	1,34%	0,03
Cloridrato De Metformina 850 Mg C/ 30 Cp	3,80	12%	0,46	19,66%	5,1	1,34%	0,06
Forxiga 10 Mg C/ 30 Cp	118,9	12%	14,27	7,73%	142,31	1,34%	1,71

Ivermectina 6 Mg C/ 4 Cp	9,77	12%	1,17	98,23%	24,03	1,34%	0,26
Losartana Potassica 50 Mg C/ 30 Cp Ver	2,78	12%	0,33	88,82%	6,24	1,34%	0,07
Losartana Potassica 50mg C/ 60cp Ver	5,12	12%	0,61	80,03%	12	1,34%	0,12
Maleato De Enalapril 10mg C/ 30 Cp	1,87	12%	0,22	140,09%	6,35	1,34%	0,06
Ozempic 025mg+05mg	573,3	12%	68,8	-1,11%	621,37	1,34%	7,57
Paracetamol 750mg C/20 Cpr	3,62	12%	0,43	93,62%	8,99	1,34%	0,09
Sinvastatina 40mg C/ 30 Cpr	5,33	12%	0,64	83,21%	13,54	1,34%	0,13
Torsilax C/ 30 Cp	4,72	12%	0,57	173,31%	19,9	1,34%	0,17
Xarelto 15 Mg C/ 28 Cp	126,6	12%	15,20	30,74%	205,26	1,34%	2,21
Xarelto 20 Mg C/ 28 Cp	116,15	12%	13,94	33,72%	198,33	1,34%	2,08
Yaz Flex 3mg + 002mg C/ 30 Cpr	37,54	12%	4,5	33,98%	66,45	1,34%	0,67

Fonte: Documentos fiscais de compra e apuração do Simples Nacional (2022).

Com base nos dados apresentados na Tabela 1 e na Tabela 2 é possível afirmar que o Regime de Substituição Tributária é mais oneroso para a empresa, tendo em vista que o cálculo do imposto devido dentro do Simples Nacional, com suas alíquotas menores e reduções apresenta alíquota consideravelmente

menor que incide na venda do produto, como mostra a comparação de valor pago de ICMS nos dois regimes.

Tabela 3 - Variação do imposto pago

Produto	Imposto Pago no Regime de ST	Imposto Pago se a Mercadoria Não Fosse ST	Diferença Entre as Formas de Arrecadação	% de Imposto Pago a Maior
Alenia 12 Mcg + 400 Mcg C/60cap	11,46	0,88	10,57	92%
Citrato De Sildenafil 50 Mg C/ 4 Cp Ver	3,23	0,03	3,19	99%
Cloridrato De Metformina 850 Mg C/ 30 Cp	0,46	0,06	0,40	87%
Forxiga 10 Mg C/ 30 Cp	13,2	1,71	11,49	87%
Ivermectina 6 Mg C/ 4 Cp	2,35	0,26	2,09	89%
Losartana Potassica 50 Mg C/ 30 Cp Ver	0,52	0,07	0,45	87%
Losartana Potassica 50mg C/ 60cp Ver	1,55	0,12	1,42	92%
Maleato De Enalapril 10mg C/ 30 Cp	0,77	0,06	0,71	92%
Ozempic 025mg+05mg	55,04	7,57	47,46	86%
Paracetamol 750mg C/20 Cpr	1,02	0,09	0,93	91%
Sinvastatina 40mg C/ 30 Cpr	2,06	0,13	1,93	94%
Torsilax C/ 30 Cp	2,56	0,17	2,39	93%
Xarelto 15 Mg C/ 28 Cp	30,34	2,21	28,13	93%
Xarelto 20 Mg C/ 28 Cp	32,16	2,08	30,09	94%
Yaz Flex 3mg + 002mg C/ 30 Cpr	12,06	0,67	11,38	94%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme demonstra a Tabela 3, os quinze produtos selecionados apresentam imposto a ser recolhido a maior na modalidade do Regime de Substituição Tributária, com variação percentual que vai de 86% a 99% de imposto a mais recolhido para o Estado.

Por fim, procedeu-se à demonstração do impacto da não incidência da Substituição Tributária no preço de venda dos produtos, excluindo do preço o imposto pago a maior.

Tabela 4 - Percentual de redução no preço de venda quando excluído o valor de ICMS ST pago a maior

Produto	Preço de Venda Com ICMS ST	Valor de ICMS Cobrado a Maior	Preço de Venda Descontado o Imposto a Maior	Redução no Valor de Venda do Produto
Alenia 12 Mcg + 400 Mcg C/60cap	78,93	10,57	68,36	13,4%
Citrato De Sildenafil 50 Mg C/ 4 Cp Ver	9,99	3,19	6,80	31,97%
Cloridrato De Metformina 850 Mg C/ 30 Cp	5,1	0,40	4,70	7,87%
Forxiga 10 Mg C/ 30 Cp	142,31	11,49	130,82	8,07%
Ivermectina 6 Mg C/ 4 Cp	24,03	2,09	21,94	8,71%
Losartana Potassica 50 Mg C/ 30 Cp Ver	6,24	0,45	5,79	7,28%
Losartana Potassica 50mg C/ 60cp Ver	12	1,42	10,58	11,85%
Maleato De Enalapril 10mg C/ 30 Cp	6,35	0,71	5,64	11,26%

Ozempic 025mg+05mg	621,37	47,46	573,91	7,64%
Paracetamol 750mg C/20 Cpr	8,99	0,93	8,06	10,34%
Sinvastatina 40mg C/ 30 Cpr	13,54	1,93	11,61	14,25%
Torsilax C/ 30 Cp	19,9	2,39	17,51	12%
Xarelto 15 Mg C/ 28 Cp	205,26	28,13	177,13	13,7%
Xarelto 20 Mg C/ 28 Cp	198,33	30,09	168,24	15,17%
Yaz Flex 3mg + 002mg C/ 30 Cpr	66,45	11,38	55,07	17,13%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Pode-se observar que na modalidade de Substituição Tributária ocorre aumento real do preço de venda da mercadoria para o consumidor final em todos os quinze produtos analisados, com oscilação de 7,28% a 31,97%.

Considerações Finais

O objetivo dessa pesquisa foi verificar o impacto da modalidade de Substituição Tributária na formação do preço de venda de medicamentos de uma drogaria optante pelo Simples Nacional. Após análise dos dados apresentados, constatou-se que o impacto da modalidade de Substituição Tributária se deu na forma de acréscimo no valor de venda dos medicamentos para o consumidor final nos quinze produtos analisados. Esse acréscimo se justifica por representar um aumento no custo do comerciante, visto que o imposto é pago de maneira antecipada na aquisição da mercadoria, e, portanto, torna-se custo que acrescido da margem de lucro praticada forme o preço de venda.

A utilização do PMC pelo governo tem o intuito de estimar, ou ao menos, se aproximar do preço de venda praticado pelos varejistas na venda de produtos ao consumidor final. Dos quinze produtos analisados, treze tiveram preço de venda real menor do que o estimado pelo governo, com os produtos “Cloridrato De Metformina 850 Mg C/ 30 Cp” e “Losartana Potassica 50mg C/ 60cp Ver” sendo os únicos a serem vendidos pelo preço sugerido pelo fabricante.

Neste contexto, é possível afirmar que o Regime de Substituição Tributária pode ser benéfico para o governo ao centralizar a fiscalização e evitar a sonegação de impostos, mas para os varejistas, representa um aumento no custo de mercadoria, o que, por consequência, impacta o valor de venda de produtos ao consumidor final. Produtos que têm maior competitividade tendem a ser os mais impactados pela Substituição Tributária, visto que quanto mais o preço real praticado pela empresa - que sofre influência de fatores como concorrência - se distancia do preço sugerido pelo fabricante, maior é o percentual de imposto pago a maior. Mesmo no caso da venda praticada pelo preço sugerido, o imposto pago antecipadamente ainda é maior, visto que se fosse apurado dentro do Simples Nacional se beneficiaria de alíquotas reduzidas e benefícios concedidos tanto pela União quanto pelo Estado do Paraná.

Portanto, o ICMS ST representa um custo maior para o varejista e um preço de venda maior para o consumidor final, tanto nos casos em que o preço de venda praticado é o sugerido, quanto nos que o preço de venda é menor, visto que esse aumento de custo tem de ser absorvido e repassado, o que ocorreu com quatorze dos quinze produtos analisados, em que houve margem de lucro na venda dos produtos, com exceção do produto “Ozempic 025mg+05mg”, que durante o período foi vendido com prejuízo pela empresa.

Os resultados da pesquisa são restritos à empresa, com suas particularidades, e à metodologia aplicada. Para futuros estudos, sugere-se a evidenciação de que

maneira outros impostos retidos antecipadamente afetam a formação do preço de venda, tendo em vista que muitos produtos farmacêuticos são sujeitos a esse modelo de tributação.

Referências

BORGET, Altair. **Contabilidade gerencial** – 3. ed. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 27 ago 2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 02 mar 2021.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de Custos e Formação de Preços**. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN. Pedro Alcino. **Metodologia científica** – 4ª ed. – São Paulo: MAKRON Books, 1996.

FALIGUSKI, Ivan. **O Impacto da Substituição Tributária no Preço de Venda para Consumidor Final**. Rio Grande do Sul. 2010. TCC (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Ciências Contábeis.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica** – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos, OSNI Moura Ribeiro. **Introdução à contabilidade gerencial**. São Paulo : Saraiva, 2011.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário**. 4. ed. – São Paulo: Saraiva, 2018.

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário completo**. 11. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Curso básico gerencial de custos** – 2. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cengage Learning, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Colaboradores: José Augusto de Souza Peres ... (et al). São Paulo: Atlas, 1999.

SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário** – 9. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito tributário** – 8. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PARANÁ. **Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996**. Dispõe sobre o ICMS com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996 e adota outras providências. Disponível em: <<http://www.fazenda.pr.gov.br/>>. Acesso em 01 set 2020.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PARANÁ. **Regulamento do ICMS do Estado do Paraná**, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.fazenda.pr.gov.br/>>. Acesso em 01 set 2020.

SOARES, Thiago Coelho. **Finanças e precificação** : livro digital. design instrucional [Roseli Rocha Moterle], Rafael da Cunha Lara. – 1. ed. rev. e ampl. – Palhoça: UnisulVirtual, 2012.

VALADARES, Igor Cavalcante. **Orientador: Interferência do ICMS ST na lucratividade das empresas optantes pelo Simples Nacional: um Estudo Empírico**. 2019. 23 f. Orientador: Hélio Felipe Freitas de Almeida Silva. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2019.

CAPÍTULO 3

AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DESENVOLVIDAS POR POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM PRUDENTÓPOLIS-PR: UM OLHAR SOBRE A ÊGIDE DOS CUSTOS

Silmara Alexandre Delfino

Maricléia Aparecida Leite Novak

Doi: 10.48209/978-65-5417-101-3

Introdução

A gestão ambiental é um sistema de planejamento, prática, responsabilidades e procedimentos que busca evoluir e estruturar políticas que motivam o controle dos problemas ambientais que a empresa tem ou terá ter no futuro (LORENZETT, 2010).

Conforme descreve Santos et al. (2001), as empresas estão sofrendo cada vez mais com pressões da sociedade em relação ao respeito ao meio ambiente, isso juntamente com a exigência de mercado faz que essas empresas se sintam praticamente forçadas a adotar uma política de controle, preservação e recuperação ambiental a fim de garantir sua continuidade e seu desenvolvimento.

Nesse sentido, as empresas que atuam dentro do ramo de abastecimento de combustíveis, se comprometem cada dia mais com esse tema, visto que precisam garantir o prosseguimento de seus negócios empresariais, compreendendo a gestão de resíduos como uma ferramenta indispensável alcançar o caminho da sustentabilidade, por meio de mecanismos de controle, preservação e recuperação ambiental. Assim esse segmento vem buscando a cada dia melhorar a proteção ambiental do seu entorno e tornar essa atividade menos agressiva possível ao meio ambiente.

De acordo com a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes - FECOMBUSTÍVEIS (s/d, n/p) a questão ambiental está a cada dia mais ganhando relevância nos postos revendedores, que necessitam atender às exigências da Resolução do CONAMA nº. 273 e de legislações específicas de seus estados. Assim, eles não estão apenas se evadindo das multas e outras punições, mas estão buscando fazer a sua parte na preservação do meio ambiente e evitando gastos futuros com problemas de passivo ambiental.

No Brasil, a primeira legislação de atividade de armazenamento e distribuição de combustível é do ano 1997, por meio da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº. 237/97. As resoluções do CONAMA instituem a base legal, para o licenciamento ambiental da atividade, contudo, é preciso também observar as normas técnicas remetidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), assim as empresas do ramo de combustíveis precisam se posicionar de modo

responsável em relação questão ambiental, adotando programas de controle e descarte de resíduos.

A preocupação com o desenvolvimento de ações sustentáveis vem aumentando significativamente devido aos vários desastres ambientais ocorridos nos últimos tempos, a maiorias desses desastres ocorrem por razão da negligência e descuido humano em relação ao meio ambiente. Assim cada vez mais as empresas do setor de armazenamento e distribuição de combustíveis, precisam se adequar-se às normas estabelecidas pelos seus órgãos regentes.

Neste sentido, a precaução com a destinação ambientalmente adequada de seus resíduos é constante, em decorrência da promulgação da Lei n. 12.305/2010, as empresas estão sujeitas à multa e demais penalidades caso incorram em degradações ou desgastes que resultem em contaminações e poluições. Neste contexto, este trabalho buscou realizar um estudo de múltiplos casos buscando entender qual a relevância dos custos das ações ambientais postos de combustíveis localizados na cidade de Prudentópolis – Paraná (PR).

Postos de Combustíveis

O aumento do número de veículos em circulação faz com que segundo Barros et al (2008), haja também um aumento de instalação de empresas do ramo de postos de combustíveis. De acordo com a resolução CONAMA 273 de 2000 postos de combustíveis são as instalações onde se exerce a atividade de revenda varejista de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, esses locais devem dispor de equipamentos e sistemas para o armazenamento de combustíveis automotivos e medidores. Lopes (2017), atenta para as características perigosas que os postos de combustíveis possuem devido ao risco de incêndio e explosões em suas dependências que de maneira geral são em áreas densamente povoadas.

As atividades desenvolvidas nos postos de combustíveis compreendem a manipulações e abastecimento de combustíveis, troca de óleo, lavagem de veículos, calibração de pneus entre outras (BARROS,2006). É inegável a importância que esse tipo de estabelecimento possui perante a sociedade, porém cabe ressaltar os impactos causados por eles ao meio ambiente.

Os postos de combustíveis são caracterizados como empresas altamente poluidoras, Lorenzetti e Rossato (2010), destacam que essa caracterização se dá principalmente em função dos produtos e serviços oferecidos por eles ao mercado e também aos resíduos que são gerados através de suas atividades, os autores ainda destacam quais são os principais resíduos gerados nessas atividades: vapores de combustíveis; flanela e estopas contaminadas; fluentes líquidos como águas oleosas, filtros usados, óleo queimado, lodo tóxico das caixas separadoras de água e óleo e embalagens de lubrificantes.

Se estes resíduos entrarem em contato com o meio ambiente as consequências serão as piores possíveis devido ao alto nível de poluição que irão provocar, para Santos (2005) os impactos ambientais que são causados por esses resíduos podem ser controlados e/ou evitados, com a adoção de equipamentos, implantação de tecnologias menos poluentes, que irão promover um melhor desempenho operacional ao não provocar incidentes com o meio ambiente.

A resolução do CONAMA nº 273/2000, determina que todas as atividades referentes ao setor de armazenamento e distribuição de combustíveis, devem ser realizadas em conformidade com as normas técnicas expedidas pela ABNT ou pelo órgão ambiental competente.

As NBR da ABNT que tratam sobre a gestão de resíduos gerados pela atividade de posto de abastecimento de combustível são: NBR 12235 que normativa a forma de armazenamento dos resíduos gerados nas atividades e NBR

10004 que dispõe sobre as embalagens de produtos consideradas como resíduos perigosos e sua obrigatoriedade de devolução ao fornecedor destes produtos.

Metodologia

Essa pesquisa classifica-se quanto aos seus procedimentos como bibliográfica, documental e estudo de múltiplos casos. A pesquisa bibliográfica considerada uma fonte de coleta de dados secundária, pode ser definida como: contribuições culturais ou científicas realizadas no passado sobre um determinado assunto, tema ou problema que possa ser estudado (GIL, 2012)

Já a pesquisa documental, segundo Gil (2001), é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas. Acerca do estudo de múltiplos casos, Yin (2005, p. 69), relata que “à replicação e não amostragem, ou seja, não permite generalização dos resultados para a toda a população, mas sim a possibilidade de previsão de resultados similares (“replicação literal”) ou a de produzir resultados contrários por razões previsíveis (“replicação teórica”), de modo semelhante ao método de experimentos”.

Quanto aos objetivos essa pesquisa é exploratório-descritiva. A pesquisa exploratória, trata de problema, ainda, foi pouco analisado. Para Creswell (2007, p.106), a pesquisa exploratória busca “proporcionar maiores informações sobre determinado assunto e facilitar a delimitação de um tema de trabalho”. Já a pesquisa descritiva faz uso, de técnicas padronizadas de coleta de dados. Andrade (1999, p.106), define a pesquisa descritiva como aquela na qual “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles.

Em relação à sua abordagem será qualitativa. Para Cooper e Schindler (2011, p. 79) o método qualitativo “é aquele que não faz uso de procedimen-

tos estatísticos para análise do problema, mas sim tenta entender sua natureza, através da observação e descrição, tendo por objeto situações complexas ou estritamente particulares”.

Os dados serão foram coletados nos meses de novembro de 2020 a janeiro de 2021 em dois postos de combustíveis localizados na cidade de Prudentópolis no Estado do Paraná. Inicialmente a amostra contaria com 10 (dez) postos, contudo devido ao distanciamento social ocasionado pela Pandemia do Covid 19 essa amostra ficou reduzida a apenas dois postos. Esses estabelecimentos foram escolhidos em razão da disponibilidade de seus gestores para responder as questões e liberar as observações. Dessa forma, foi realizada a observação dos processos característicos às atividades de postos de combustíveis, buscando a identificação de como ocorre a relação das empresas com o meio ambiente, o descarte dos resíduos gerados pela atividade e o seu destino final. Notoriamente, a presente amostra classifica-se como intencional e não probabilística.

Dessa forma, a presente pesquisa utilizou análise de relatórios gerenciais, como também, utilizou-se do exame de notas fiscais de venda e de serviços prestados às entidades. Foram verificados, também, os relatórios contábeis, tais como a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), referente ao exercício financeiro de 2020, considerando os meses de janeiro a dezembro.

Além disso, foi considerado o procedimento da observação, que para Martins (2010, p.23), “ao mesmo tempo em que permite a coleta de dados das situações, envolve a percepção sensorial do observador, distinguindo-se, enquanto prática científica, da observação da rotina diária.” O que a constitui como uma técnica empírico sensorial. Ainda, para a coleta de dados, foi utilizado de entrevistas estruturadas, que na definição de Cervo e Bervian (2006, p. 46), a entrevista “... não é simples conversa. É conversa orientada para um

objetivo definido: recolher, por meio do interrogatório do informante, dados para a pesquisa”

Também foi utilizado de questionário, desenvolvido por meio do *google docs* e enviados por e-mail. A devolução desses demorou cerca de 30 dias. Os dados coletados foram analisados por meio de uma triangulação dos dados obtidos através das técnicas de coleta. Conforme cita Yin (2005), a triangulação fundamenta-se na lógica de se utilizar várias fontes de evidências. O autor explica que o emprego de diversas fontes na coleta de dados é um ponto forte, muito importante para estudos de múltiplos casos.

Análise e Discussão dos Dados

Essa seção apresenta os resultados e a análise do estudo concretizado, por meio das observações, entrevistas efetuadas com os administradores, ligando com as informações obtidas por meio da análise documental, e dos relatórios internos e contábeis das entidades, quais estão localizadas no Município de Prudentópolis/PR. Em virtude das questões éticas seus nomes serão preservados, sendo tratado nesse trabalho por Posto X e posto Y.

O posto X é de médio porte fica localizado as margens de uma importante BR 373 do município, trata-se por tanto de um posto autoestrada, o mesmo faz parte do conjunto de empresas integrantes a uma cooperativa agrícola, conta com serviços de abastecimento de veículos, lavagem, troca de óleo, armazenamento de combustíveis, loja de conveniência e zonas de estacionamento e descanso.

O posto Y, também é considerado de médio porte e está localizado no perímetro urbano, trata-se, portanto, de um posto cidade, conta com serviços de armazenamento de combustíveis, abastecimento e lavagem de veículos, troca de óleo, loja de conveniência e borracharia.

Por meio da aplicação do questionário e das observações, constatou-se que ambos as instituições possuem licença ambiental, um requisito para que possam funcionar. Em relação à questão ambiental, os postos que revendem combustíveis precisam atender às exigências legais da Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº. 273 que define a exigência de licenças de operação para que possam funcionar. Além dessa normativas federal existem legislações estaduais específicas que precisam ser cumpridas evitando assim multas e punições que se tornam gastos para o empreendedor e podem trazer problemas de passivo ambiental (CONAMA, 2000).

A referida resolução do CONAMA contribuiu para padronizar os procedimentos referentes a adequação ambiental dos postos de combustível e definiu a necessidade de licenciamento para as atividades que envolvem armazenagem de combustíveis e revenda, caso dos postos de gasolina e Transportadores Revendedores Retalhistas (TRR).

A atividade em postos de combustíveis e sistema retalhistas é regida pelas Normas técnicas Brasileiras (NBR), expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e também por legislações específicas de cada Estado. Essas leis relacionam meio ambiente e os impactos da atividade analisando quais as melhores estratégias para tornar a atividade mais segura (LORENZETT; ROSSATO, 2010).

O licenciamento dessa atividade no Paraná está condicionada à Resolução da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), n. 38/2009 que dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece condições e critérios para Postos de combustíveis e/ou Sistemas Retalhistas de Combustíveis. No artigo 1 da Resolução 38/2009 são estabelecidos os critérios, procedimentos, o trâmite administrativo, os níveis de competência e premissas para o Licenciamento

Ambiental de postos e/ou Sistemas Retalhistas de Combustíveis, considerando a legislação ambiental vigente para esse tipo de atividade (PARANÁ, 2009).

No Paraná, o órgão que licencia as atividades potencialmente poluidoras atualmente é o Instituto Águas e Terras (IAT) antigo Instituto Ambiental do Paraná – IAP emitindo licenças de acordo com a fase de instalação ou operação da atividade. Para empreendimentos de grande porte e com potencial poluidor maior são necessárias três licenças. A primeira é conhecida como Licença Prévia (LP) que atende a fase inicial do empreendimento quando se aprova a localização e a viabilidade ambiental da atividade que será licenciada, a Licença de Instalação (LI) é concedida após a licença prévia com autorização para a instalação do empreendimento ou atividade e a Licença de Operação (LO) que é a autorização de funcionamento da atividade ou empreendimento, sendo concedida somente com o cumprimento das condicionantes das licenças anteriores considerando manter medidas de controle ambiental para a operação (PARANÁ, 2009).

Os gestores destacaram durante a aplicação dos questionários que a maior dificuldade foi o custo do processo e o tempo que levou para que se adequassem a todas as condicionantes definidas no processo de licenciamento para conseguir a licença de operação. A demora nas autorizações e licenciamento dos postos dificulta a operação. Os gestores evidenciaram que para que fosse possível a aquisição dessa licença os dois postos tiveram que realizar algumas reformas e ajustes no local, o posto X teve que realizar a troca dos tanques de armazenamento de combustíveis, pois estavam com a validade expirada.

Caso a vida útil do (s) tanques esteja vencida, ou seja, idade superior a 15 (quinze) anos, deverá ser solicitado pelo IAT, a substituição por novo (s) tanque (s), devendo esses serem de paredes duplas (IN DIRAM 105.008/5.02.04). O controle de 15 anos está relacionado ao processo de corrosão e a garantia de vedação dos tanques para que não ocorra contaminação ambiental.

A NBR 16.161, seguindo a nomenclatura ABNT destaca que os tanques subterrâneos de combustíveis são conhecidos como tanque metálico jaquetado subterrâneo constituído duas paredes. O tanque primário (interno) é construído em chapas de aço-carbono obedecendo e visa armazenar o produto e o tanque secundário (externo), conhecido como jaqueta é feito de resina termo fixa reforçada com fibra de vidro ou material não metálico com objetivo de suportar combustíveis automotivos evitando a corrosão do tanque primário e fazendo a contenção de vazamentos (NBR 16.161, 2020).

As Tabelas 1 e 2 a seguir demonstram a quantidade de tanques de armazenamento, conforme produtos dos Postos X e Y.

Tabela 1 - Tanques de armazenamento posto X

POSTO X			
Produto	Compartimentos	Material	Capacidade Total (Lts)
Gasolina	Bipartidos	Aço jaquetado	30.000
Gasolina aditivada	Bipartidos	Aço jaquetado	30.000
Óleo Diesel BS500	Bipartidos	Aço jaquetado	30.000
Óleo Diesel S10	Bipartidos	Aço jaquetado	30.000
Etanol	Simples	Aço jaquetado	15.000

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Com a pesquisa pode-se observar que, o posto possui dois tanques Bipartidos, ou seja, a capacidade de cada compartimento é de 15.000 litro, totalizando 30.000 litros por tanque, os quais são utilizados para armazenamento

dos dois tipos e gasolina e diesel. Apenas um dos tanques é de compartimento simples, qual é utilizado para o armazenamento de etanol. A opção pelos tanques bipartidos se deve ao fato desses serem mais baratos, em média um tanque de 15 mil litros custa R\$22.000 (vinte e dois mil reais), já o de 30 mil litros custa em torno de R\$40.000 (quarenta mil reais). Além da diferença de valor na compra, há também a diferença na hora da instalação, já que o custo de um tanque bipartido é a metade do que custaria a instalação de dois tanques simples. Segundo os gestores o custo de instalação de um tanque fica em torno de R\$10.000.

Tabela 2 - Tanques de armazenamento posto Y

POSTO Y			
Produto	Compartimentos	Material	Capacidade Total (Lts)
Gasolina	Simples	Aço jaquetado	15.000
Gasolina Aditivada	Simples	Aço jaquetado	15.000
Óleo Diesel BS500	Bipartidos	Aço jaquetado	30.000
Óleo Diesel S10	Bipartidos	Aço jaquetado	30.000
Álcool	Simples	Aço jaquetado	15.000

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

A Tabela 02, diz respeito a quantidade de tanques de combustível do posto Y. Esse utiliza de três tanques com compartimento simples, e dois bipartidos. No caso do posto Y os tanques bipartidos são utilizados para armazenamento de óleo diesel, dos tipos BS500 e S10.

Além disso o posto acima mencionado, precisou realizar a revisão de suas bombas de combustíveis pois, algumas delas estavam com problemas ocasionadas por vazamento nos bicos, o que pode ocasionar danos ambientais quando o combustível entra em contato com ar, solo e água e, por um defeito que promovia distorções entre o volume de líquido que era liberado e o que era marcado no mostrador, promovendo impacto nos lucros. Essa revisão, de troca de bicos e aferição das bombas precisou ser feita por um mecânico autorizado (empresa), o acarretou em um custo de aproximadamente R\$2.000,00 (dois mil reais), além do mais, por ser um serviço especializado, esse precisou ser contratado de outra cidade ocasionando mais os custos de deslocamento em torno de R\$300,00 (trezentos reais).

Outro ponto bastante importante, levantando pela pesquisa, foi em relação aos resíduos sólidos gerados a partir das atividades e processos realizados pelas entidades pesquisadas, bem como a fonte de geração, formas de armazenamento e destinação final dada.

Na Política Nacional de Resíduos Sólidos, destaca-se a importância de as empresas manterem e operacionalizarem um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, considerando a sua atividade e o tipo de resíduo gerado. Em se tratando dos postos de combustíveis é importante analisar as atividades principais e os serviços agregados, analisando a operação e gestão da empresa e qual os impactos das atividades sobre o meio ambiente (BRASIL, 2010).

As Tabelas 3 e 4 destacam os principais resíduos gerados, as formas de armazenamento e destinação final em cada um dos postos analisados.

Tabela 3 - Tipos de resíduos gerados, fontes de geração, formas de armazenamento e destinação final Posto X

Tipos de resíduos	Fontes de geração	Formas de armazenamento	Destinação final
Resíduos de Lodo	Lavagem e resíduos de combustíveis	Caixa separadora	Empresa terceirizada (licenciada)
Resíduos de óleo	Área de abastecimento, troca de óleo	Tanque em polipropileno	Empresa terceirizada (licenciada)
Matéria orgânica	Banheiros, loja de conveniência	Contêiner	Coleta municipal (aterro)
Plástico	Área de abastecimento, loja de conveniência	Baldes	Coleta municipal (reciclagem)
Papel	Loja de conveniência, escritório	Baldes	Coleta municipal (reciclagem)
Vidro	Loja de conveniência	Baldes	Coleta municipal (reciclagem)
Resíduos de embalagem de óleo lubrificante	Área de abastecimento, troca de óleo	Sacos plásticos	Empresa terceirizada (licenciada)
Resíduos de estopas e filtros	Área de abastecimento	Tambores identificáveis	Empresa terceirizada (licenciada)

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Tabela 4 - Tipos de resíduos gerados, fontes de geração, formas de armazenamento e destinação final Posto Y

Tipos de resíduos	Fontes de geração	Formas de armazenamento	Destinação final
Resíduos de Lodo	Lavagem e resíduos de combustíveis	Caixa separadora	Empresa terceirizada (licenciada)
Resíduos de óleo	Área de abastecimento, troca de óleo	Tanque em polipropileno	Empresa terceirizada (licenciada)
Matéria orgânica	Banheiros, loja de conveniência	Contêiner	Coleta municipal (aterro)
Plástico	Área de abastecimento, loja de conveniência	Baldes	Coleta municipal (reciclagem)
Papel	Loja de conveniência, escritório	Baldes	Coleta municipal (reciclagem)
Vidro	Loja de conveniência	Baldes	Coleta municipal (reciclagem)
Resíduos de embalagem de óleo lubrificante	Área de abastecimento, troca de óleo	Sacos plásticos	Empresa terceirizada (licenciada)
Resíduos de estopas e filtros	Área de abastecimento	Tambores identificáveis	Empresa terceirizada (licenciada)

Fonte: Dados da Pesquisa 2020.

Conforme pode-se observar na Tabela 3 e 4, as duas entidades optaram por modos iguais de destinação dos seus resíduos sólidos. Além disso, pode-se constatar que as empresas possuem o conhecimento sobre as normas que regulam

sobre o assunto, contando com locais adequados para o armazenamento dos resíduos sólidos. Conforme relato dos gestores os materiais são acondicionados em locais cobertos, como contêiner, baldes, sacos plásticos, tambores e caixas separadoras.

A caixa separadora de água e óleo (SAO ou CSAO) é uma exigência para postos de combustíveis desde a Resolução CONAMA nº 273/2000 que define que toda instalação e sistema de armazenamento de derivados do petróleo (como é o caso dos postos de combustível) devem possuir o sistema separador (BRASIL, 2000). A Tabela 5 expõem a classificação dos resíduos.

Tabela 5 – Levantamento de resíduos gerados e classificação quanto a NBR 10004

Classificação NBR 10004	Tipo de resíduos
Classe I	Óleo queimado (óleo lubrificante usado); embalagem de óleo lubrificante; filtros de ar, óleo e gasolina; Flanelas e estopas contaminadas com óleos e graxas, lodo.
Classe II IIA IIB	Rejeito sanitário (IIA), resíduos orgânicos (IIA), resíduos recicláveis -vidro (IIB), plástico (IIB), papel (IIA), alumínio(IIB).

Fonte: NBR 10004 (ABNT, 2004)

A destinação dos resíduos, é realizada via tecnológica de Co-processamento ou Aterro Industrial. Segundo os gestores a coleta do óleo e do barro são efetuadas pela empresa acima citada e os custos ficam em torno de R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais) por viagem. A periodicidade de coleta do posto X é maior que do posto Y, devido ao movimento deste. No posto X a coleta é feita mensalmente e no Y o período é trimestral.

Em relação aos resíduos recicláveis (papel, vidro, plástico comum), esses permanecem no Município sendo destinados para a associação de catadores Municipal, assim como os demais resíduos comuns (banheiro e loja de conveniência) que são destinados para a coleta municipal por serem considerados resíduos não perigosos. O custo mensal da coleta municipal desses resíduos é de aproximadamente R\$ 38,32 e é cobrado na fatura da água.

Os demais resíduos, considerando perigosos, são coletados por empresas especializadas e enviados para aterros especializados e unidades de tratamento adequados em outras cidades a periodicidade da coleta varia de acordo com o acúmulo dos resíduos nos locais de armazenamento.

Dentre esses resíduos destacam-se as embalagens de óleo lubrificante que são recipientes confeccionados em plástico (Polietileno de Alta Densidade - PEAD) e conforme a ABNT NBR 10.004 após o consumo passam a ser consideradas como resíduos perigosos (Classe I) por apresentarem toxicidade pelo acondicionamento do óleo lubrificante em seu interior. A Resolução SEMA nº 028/2010 aborda a questão da coleta, armazenamento e destinação de embalagens plásticas de óleo lubrificante pós-consumo no Estado do Paraná. Essa normativa apresenta como destino correto para estes resíduos a reciclagem e o óleo lubrificante deve ser encaminhado a rerrefino. Para fins de fiscalização os postos deverão manter os documentos comprobatórios de compra de óleo lubrificante e os certificados de coleta de embalagens plásticas de óleo lubrificante pós-consumo, pelo prazo de 5 anos (PARANÁ/SEMA, 2010).

Com relação a responsabilidade pela destinação desses resíduos a Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e aborda a questão dos óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, aponta a logística reversa como alternativa. A proposta é que o gerador destine o resíduo ao ponto

de revenda para que este dê o destino adequado por meio de empresas devidamente licenciadas (BRASIL, 2010).

Nos postos analisados (X e Y) a empresa que faz a coleta de embalagens de óleos lubrificantes é o Instituto Jogue Limpo, uma associação de empresas fabricantes ou importadoras de óleo lubrificante que faz a gestão da logística reversa das embalagens plásticas de óleo lubrificante usadas e de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC). Seu diferencial é que o serviço é totalmente gratuito ao gerador, possui termos de compromisso assinados com diversas secretarias, dentre elas a SEMA do Paraná e hoje reconhecido como sistema oficial de Logística Reversa no setor (JOGUE LIMPO, 2021).

A empresa coleta as embalagens em pontos de entrega voluntária (PEVs) - que ficam nos postos parceiros e são encaminhadas para as centrais de recebimento onde são drenadas, segregadas por cor, prensadas ou moídas, para serem acondicionadas e encaminhadas às recicladoras credenciadas. Na recicladora o material é triturado, depois submetido a processo de descontaminação do óleo lubrificante residual. Esse material é transformado em matéria-prima para novas embalagens e outros produtos plásticos, incluindo vassouras e retornando à cadeia de produção. O foco principal é criar um ciclo virtuoso, que evita o desperdício de um material plástico derivado do petróleo e evita também a contaminação ambiental. O instituto possui programas de educação ambiental, responsabilidade corporativa e transparência na gestão (JOQUE LIMPO, 2021).

Os resíduos do tipo estopas, pano, flanela foi proibido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) via Portaria MTE Nº 1109/2016 que reconheceu os perigos do benzeno (um dos componentes dos combustíveis nocivos à saúde humana). Por questões de segurança visando reduzir a contaminação dos frentistas foi determinada a proibição desses materiais para a contenção de respingos e extravasamentos ou para limpeza de superfícies contaminadas com combustíveis líquidos contendo benzeno. A alternativa é o uso de tolhas

de papel absorvente, desde que o trabalhador esteja utilizando luvas impermeáveis apropriadas. O material deverá ser usado uma vez e o acondicionamento deverão ser recipientes apropriados para coleta e destinação (BRASIL, 2016).

Mesmo com essa portaria, é fato que os postos ainda utilizam esse material e dessa forma, por serem contaminados, as flanelas, estopas e esponjas utilizadas nas lavagens são recolhidas pela mesma empresa especializada que coleta o lodo de lavagem, assim como os filtros de óleo.

A NBR 10004 inclui os filtros de óleo na Classe I como resíduos perigosos, portanto esse material deverá passar por um equipamento que retira o excesso de óleo, sendo o líquido acondicionado em tonéis de 200 litros para recolhimento por empresa especializada. Já os filtros devem ser co-processados, sendo o metal enviado para a reciclagem e o elemento filtrante de papel, destinado à incineração.

Quanto aos custos de destinação por tipo de resíduos seguem alguns valores apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Custos destinação de resíduos perigosos por Kilo ou litro

Atividade	Tipo de resíduos	Custo da destinação por Kg ou litro
Abastecimento e Troca de óleo	Flanelas/estopas	1,02
Troca de óleo	Óleo queimado	1,80
	Embalagens de óleo lubrificante	0,00
	Filtros de ar	1,56
	Filtro de óleo	1,56
	Filtro de gasolina	1,56
Lavagem de veículos	Lodo	

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Todo esse processo de armazenamento, coleta e destinação dos resíduos, exemplificados na Tabela, gera ao posto X um custo mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e ao posto Y um custo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por ter uma menor geração dos resíduos. Além desse custo da destinação, existe o custo do armazenamento que inclui a aquisição de baldes, tambores e contêiner e a sua manutenção. Os baldes do tipo cesto tem capacidade de 60 litros e seu custo é de aproximadamente R\$ 60,00 (sessenta reais) com vida útil de um ano. Os tambores são do tipo bombona e tem capacidade de 200 litros, tendo um custo aproximado de R\$ 200,00 (duzentos reais), com vida útil de até 5 anos.

Pode-se constatar que as empresas, possuem uma percepção positiva em relação aos custos ambientais, reconhecem que estes custos são vitais para o correto funcionamento da organização e vem investindo na destinação correta. Com base nos custos levantados por tipo de resíduos a Tabela 7 apresenta a média de valores mensais dos custos em cada posto analisado.

Tabela 7 – Custos médios para adequações ambientais no Posto X e no Posto Y

Tipo de custo	Descrição	Custo Posto X	Custo Posto Y
Investimentos	Troca de tanques de combustível (vida útil 25 anos)	R\$ 606,66/mês	R\$424,66/mês
	Caixa separadora (vida útil 25 anos)	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
	Tanque armazenamento óleo (vida útil 25 anos)	R\$ 3.000,00	R\$ 1800,00
	Baldes	R\$ 60,00/ano	R\$ 60,00/ano
	Tambores/bombonas 200 litros – compra a cada 5 anos	R\$ 200,00	R\$ 200,00

Manutenção e destinação de resíduos	Coleta/destinação lodo contaminado	R\$ 1200,00/mês	R\$ 1200,00/trimestralmente
	Destinação resíduos domiciliares	R\$ 38,82/mês	R\$ 38,82/mês
	Destino embalagens de lubrificantes	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Destinação resíduos perigosos (estopa, papel contaminado, óleo, filtros)	R\$ 600,00/mês	RS 500,00/mês
Total	Custos anuais com os investimentos e Manutenção e destinação dos resíduos	R\$ 29765,76	R\$ 16733,76

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Com relação aos gastos médios para adequação ambiental identifica-se que o posto X realizou maiores investimentos pois necessitava da adequação dos tanques. Os custos com manutenção e destinação de resíduos também são maiores pelo volume e quantidade gerada.

O gestor do Posto X tem o conhecimento que os custos com as questões ligadas ao meio ambiente, trazem inúmeros benefícios para a empresa, como por exemplo estar de acordo com a legislação vigente, e o mais importante contribuir com a preservação do meio ambiente já que o descarte de maneira incorreta, é uma fonte altamente poluente.

O gestor do posto Y também considera os custos ambientais importantes para o correto funcionamento da empresa, pois com eles é possível estar de acordo com a legislação, e de acordo com ele após a empresa passar a dar mais

importância e realizar ações voltadas ao meio ambiente a quantidade de clientes passou a aumentar.

Torna-se importante destacar que as empresas fazem a manutenção periódica em seus itens ambientais, como na caixa separadora de óleo e bombas de combustíveis etc., trimestralmente no caso do posto X e semestralmente no caso do posto Y, os gestores possuem a consciência de a manutenção preventiva é mais barata que a manutenção corretiva, uma vez que se ocorrer um vazamento, por exemplo os custos para reparação serão altos além de a empresa sofrer penalidades por partes dos órgãos competentes.

A água utilizada nos processos das entidades pesquisadas, são provenientes principalmente de captação subterrânea, mas no caso do posto Y a empresa está pensando em investir futuramente em um sistema de captação de água da chuva, já a energia elétrica utilizada é proveniente, principalmente de fontes não renováveis, no caso do posto X o gestor comentou que estão em processo de aquisição de painéis solares, que a longo prazo trará benefícios econômicos a empresa e também ao meio ambiente.

O posto X realiza o levantamento de seus impactos ambientais através do estudo do passivo ambiental, análise e monitoramento de fluentes líquidos gerados e postos de monitoramento, seguindo o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, plano de gerenciamento de riscos dentre outros, já o posto Y não realiza o levantamento, principalmente pela falta de informação.

A empresa X possui um setor próprio responsável por realizar a contabilidade da empresa, já no caso do Posto Y, a contabilidade é feita por um escritório terceirizado, os fatos ambientais em ambos os casos são registrados de maneira tradicional, não sendo realizada a separação em contas específicas, as empresas possuem um controle sobre os custos e despesas ambientais.

O gestor do posto X reconhece vantagens competitivas nos investimentos realizados na área ambiental, pois segundo ele alguns clientes preferem postos que estão em conformidade com as legislações ambientais, os investimentos são altos, porém, estarão de acordo com as normas ambientais a longo prazo, e para que possa ser diminuído ainda mais os impactos ambientais causados pela empresa é necessária que seja realizada a reforma da caixa separadora da pista de abastecimento.

O gestor do posto Y também reconhece a importância nos investimentos realizados na área ambiental, pois segundo eles as pessoas estão cada vez mais preocupadas com as questões ambientais, optando sempre por empresas que tenham a preocupação ambiental, e estejam de acordo com a legislação Ambiental vigente, e para que a empresa possa estar mais adequada com as questões ambientais é necessário realizar a substituição de um dos tanques de combustíveis, que está próximo a data de validade.

Considerações Finais

As mudanças no mercado levam as empresas a enfrentarem desafios diários que envolvem questões financeiras, sociais e ambientais. Atualmente, se vive num cenário no qual a questão ambiental cada vez ganha mais destaque, as legislações são criadas, transformadas, implantadas e com elas surgem os desafios para atendê-las dentro do seu contexto e da rigorosidade que está cada vez maior.

Com as mudanças no rigor da lei e na preocupação maior com os impactos das atividades no meio ambiente, a gestão ambiental se tornou uma ferramenta de planejamento, com orientações práticas para cumprir responsabilidades e definir procedimentos que ajudem a evitar ou controlar problemas ambientais que a empresa tem ou poderá ter no futuro. A pesquisa trabalhou com o cenário

específico dos postos de combustíveis onde um dos maiores desafios é a gestão eficiente de resíduos, bem como a adequação de estruturas para atender as legislações vigentes.

Nessa busca pelo atendimento aos requisitos ambientais, as empresas possuem custos e despesas ambientais que são gastos aplicados direta ou indiretamente no sistema de gestão ambiental da organização. Com a realização do estudo de múltiplos casos, escolhendo dois postos de combustíveis localizados na cidade de Prudentópolis – PR foi possível analisar o objeto estudado considerando a singularidade de cada empresa, mesmo que as ações observadas tenham semelhanças o trabalho de pesquisa retratou a realidade de cada uma.

Com base na análise de custos das empresas com investimentos para adequação das estruturas para atender a legislação ambiental e as normas técnicas da atividade em postos de combustíveis e, também custos com manutenção dessas estruturas e com a destinação dos resíduos gerados durante suas atividades.

No decorrer deste trabalho foi observado que os gestores dos postos de combustíveis compreendem seu impacto ambiental e social e buscaram mitigá-los investindo em adequações nas suas estruturas e em contratações de empresas especializadas para destinação de resíduos. Tudo isso teve um custo que entrou como débito nos resultados financeiros da empresa, porém o não cumprimento das leis e normas poderia acarretar gastos bem maiores com sanções e multas.

Retomando a problemática da pesquisa e os objetivos propostos aponta-se que foram atingidos. Foi possível apresentar a relevância dos custos das ações ambientais realizadas pelos postos de combustíveis e como esses custos podem ser vistos como ações positivas que refletirão na fidelização de clientes e no compromisso social e ambiental da empresa.

Identificou-se que existe uma diferença na compreensão dos impactos e na relevância dos custos com ações ambientais entre os gestores dos postos, atrelada a falta de informação, sendo que uma das empresas investe mais em monitoramento e na análise do seu passivo ambiental. Porém, os dois apresentam clareza na visão de que investimentos na área ambiental se revertem em vantagens competitivas, considerando que os clientes preferem postos que estão em conformidade com as legislações ambientais. Os investimentos são altos principalmente na adequação da estrutura e na gestão de resíduos, porém é uma questão de segurança e uma forma de demonstrar o compromisso da empresa e sua preocupação ambiental.

A oportunidade de pesquisar empresas reais e discorrer sobre uma área relevante como as ações de sustentabilidade nas empresas, neste caso em postos de combustíveis e sob a égide de custos, ampliou a visão sobre os custos ambientais e sua relevância para a empresa, complementando a formação acadêmica obtida ao longo do curso e sendo uma oportunidade de aplicar, na prática, os conhecimentos obtidos.

Para futuras investigações, os dados levantamentos podem servir para ampliar fundamentar novas pesquisas e oportunizar novas. Sugere-se na continuidade estudar de que forma a legislação ambiental e a gestão de custos podem auxiliar na gestão de postos de combustíveis, considerando melhorar os planos de negócios atuais das empresas.

Como contribuições finais e tendo em vista a importância de que os postos de combustíveis desenvolvam ações integradas e que a visão sobre a relevância dos custos ambientais e os impactos da atividade desenvolvida nas empresas que revendem combustíveis, fica a necessidade de capacitação e conhecimento. Uma proposta é que as empresas mantenham o sistema de análise do passivo ambiental e um bom plano de mitigação de impactos, além de um bom PGRS

– Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, estruturado e que sirva de ferramenta de gestão, não somente ambiental, mas financeira apoiando na compreensão dos custos e de como trabalhá-los no plano estratégico de cada posto de combustível.

Referências

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10004**: Resíduos Sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, 2004.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16161**: Tanque metálico jaquetados subterrâneo – Classificação. Rio de Janeiro, 2020.

BARROS, Débora de; OLVEIRA, Vinicius de; SANTANA, Maria de Fátima Ebole de; CARVALHO, Denise Dias de. Caracterização Ambiental Dos Postos de Revenda de Combustíveis No Rio de Janeiro. **XV Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas**, Natal, 11 a 14 de nov (2008).

BRASIL. **Lei 12305 de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: DOU, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em 23 fev 2021.

BRASIL. **Portaria MTPS nº 1109 de 21 de setembro de 2016**. Aprova o Anexo 2 - Exposição Ocupacional ao Benzeno em Postos Revendedores de Combustíveis - PRC - da Norma Regulamentadora nº 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA. Disponível em: <http://www.acm.org.br/acamt/documentos/emfoco/portariamtps1109-21setembro2016-anexo2exposicao-benzeno.pdf>. Acesso em 03 mar 2021.

CONAMA. **Resoluções**: Resolução nº 273 de 29 de novembro de 2000. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/licenciamento/documentos/2000_Res_CONAMA_273.pdf. Acesso em 12 mar 2021.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P.S. **Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto (2a. ed.). Porto Alegre: Artmed. 2007.

FECOMBUSTÍVEIS. **Meio Ambiente.** Rio de Janeiro: Fecombustíveis, 2021. Disponível em: <https://www.fecombustiveis.org.br/meio-ambiente#:~:text=%C3%89%20respns%C3%A1vel%20pelo%20sistema%20de,importadores%20e%20distribuidores%20de%20lubrificante>. Acesso em 03 mar 2021.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

LOPES, Carla Roberta Simionato. **Riscos no trabalho em postos de combustíveis.** Londrina, 2017.

LORENZETT, Daniel Benitti; ROSSATO, Marivane Vestena. A gestão de resíduos em postos de abastecimento de combustível. **Revista Gestão Industrial**, v. 6, n. 2, p. 110-125, 2010.

MARTINS, Rui Filipe dos Santos et al. **Fiscalização de obras:** caderno de encargos para postos de abastecimento de combustíveis. 2010.

PARANÁ. **Resolução n. 38 de 19 de agosto de 2009** – Dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece condições e critérios para Postos de combustíveis e/ou Sistemas Retalhistas de Combustíveis e dá outras providências. Curitiba: SEMA, 2009. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=144256>. Acesso em 12 jan 2021.

PARANÁ. **Resolução n. 28 de 18 de junho de 2010.** Curitiba: SEMA, 2010. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=144652>. Acesso em 20 fev 2021.

SANTOS, Adalto de Oliveira; SILVA, Fernando Benedito da. Contabilidade Ambiental: Um Estudo Sobre Sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI-FEA-USP**, v.16, n° 27, p.89-99, São Paulo, Set/ Dez, 2001.

SANTOS, Ricardo José Shamá dos. A gestão ambiental em posto revendedor de combustíveis como instrumento de prevenção de passivos ambientais. 2005. 217f. **Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão do Meio Ambiente)** - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

CAPÍTULO 4

CURVA ABC: CONTRIBUIÇÕES NO GERENCIAMENTO DOS ESTOQUES E OTIMIZAÇÃO DOS RESULTADOS EM UMA EMPRESA DE AUTOPEÇAS

Rodrigo Alessi

Gelson Menon

Doi: 10.48209/978-65-5417-101-0

Introdução

O cenário econômico financeiro atual, ligado com a grande concorrência e as turbulências enfrentadas no dia a dia, devido a fatores econômico sociais, leva as empresas a procurarem excelência em seus dados para a tomada de decisão. Nesse contexto, o controle de estoques tem papel relevante para auxiliar os gestores nessa tarefa.

Um dos instrumentos que corroboram para controlar os processos operacionais das empresas, voltados no movimento de entrada e saída das mercadorias é a curva ABC. Mendanha (2018) diz que a Curva ABC torna-se uma importante ferramenta para auxiliar na identificação dos produtos que necessitam de atenção quanto à sua reposição. Portanto, a Curva ABC pode ser considerada uma ferramenta gerencial aliada na definição de estratégias de vendas e determinação de escala de produção, dentre outras.

De acordo com Barzan *et al.* (2018), as empresas precisam cuidar da gestão de estoques como sendo o principal fundamento do planejamento empresarial. Quando o controle é realizado corretamente, contribui para eliminar desperdícios de tempo, de custo e de espaço

O alto investimento em estoques, segundo Bernardino (2018), pode gerar gastos excessivos, quando as mercadorias não giram de acordo com a velocidade esperada ou que sofram com a sazonalidade existente no mercado.

Neste contexto, Mendanha (2018) ressalta que as compras de uma empresa podem comprometer até 80% do seu faturamento bruto, sendo importante a redução do custo para estas aquisições, refletindo de forma significativa em seus resultados. Para tanto, se faz necessário o gerenciamento desta atividade, para que se obtenha uma redução de custos, sem comprometer a qualidade dos produtos e o fluxo operacional da empresa. Partindo deste cenário, o presente estudo busca analisar qual a contribuição da curva ABC no gerenciamento de estoques para a otimização dos resultados financeiros em uma empresa de autopeças.

A pesquisa contempla, além desta introdução, outras quatro seções: Referencial teórico, Notas Metodológicas, Apresentação e Análise dos Dados e Considerações Finais.

Referencial Teórico

Nesta seção é apresentado o referencial teórico empregado na pesquisa, que envolve controle de estoques, gestão de estoques, previsão de demanda, curva ABC e relevância atribuída ao uso da curva ABC.

Controle de Estoques

A existência do estoque ocorre devido ao ritmo ou a taxa entre o fornecimento e a demanda dos produtos, pois se este processo ocorresse de maneira como fosse demandado, logo não haveria a necessidade de ser estocado. O estoque de uma empresa basicamente está ligado a mercadorias/materiais que são os objetos do negócio, ou seja, os elementos de compra e venda que objetivam a maximização do lucro da empresa e que logo após a ocorrência da movimentação do estoque, tem sua reposição automática baseando-se nos dados de consumo. (BERNARDINO, 2018).

Sem estoques é impossível uma empresa trabalhar, pois, ele funciona como amortecedor entre os vários estágios da produção e a venda final do produto. Ainda Batista (2015) explana que dentre as principais funções do estoque, alimentar os sistemas produtivos e o suprimento dos departamentos de vendas é primordial. Portanto, quando se refere a estoques, vários são os produtos que devem ser contabilizados dentro de uma empresa para o contínuo funcionamento, como está destacado no Quadro 1.

Quadro 1: Classificação dos estoques de acordo com o processo produtivo

Estoque de matéria-prima	São os materiais ou insumos básicos que irão passar por um processo de transformação.
Estoque de materiais auxiliares	Materiais que auxiliam na execução e transformação de um processo de produção
Estoque de materiais de manutenção	Estoque que serve de apoio a manutenção das máquinas e equipamentos.
Estoque de materiais em processo ou intermediário	Estoques que influenciam diretamente no custo do produto.
Estoque de materiais acabados	Produtos finalizados e embalados, pronto para expedição.

Fonte: Adaptado de Figueiredo *et al.* (2020)

A divisão estabelecida no Quadro 1, de acordo com o entendimento de Figueiredo *et al.* (2020) classifica os itens existentes em uma empresa considerando os seus aspectos no processo produtivo. O estoque de matéria-prima, por sua vez, são aqueles produtos que posteriormente irão passar para o estoque de finalizados, ou até mesmo passar por outro processo, integrando um novo produto. O estoque de materiais auxiliares são aqueles itens indispensáveis e que influenciam diretamente na produção, porém não agregam valor aos produtos que estão sendo produzidos. Por sua vez, os estoques de materiais em processo são aquelas peças fabricadas e que estão aguardando para completar um produto final.

E por fim, segundo Silva e Oliveira (2020) o estoque de produtos acabados é o estoque dos produtos que estão prontos para a venda, e que passaram pela fase de matéria-prima e estiveram dentro do processo produtivo. Em empresas

que não trabalham com vendas por encomenda, o estoque é o ativo que possui maior capital investido. Para tanto, se faz necessário aplicação de controles e ferramentas que corroborem com a gestão dos estoques.

Gestão de Estoques

De acordo com Costa (2018), para que uma empresa chegue ao sucesso, é fundamental que sua gestão seja realizada de forma a aproveitar da melhor maneira todos os recursos que ela possui, sejam eles recursos humanos, financeiros ou tecnológicos. Ainda segundo o autor, a gestão dos estoques de uma empresa consiste na garantia para que não falte material de produção ou produtos para venda, no entanto, é necessário seu controle para que não se torne excessivos a ponto de significar prejuízos por conta de mobilização capital.

Tratando-se em estoques, Costa (2018) aponta que existem duas principais categorias de custos envolvidos: os custos de obtenção e os custos de manutenção. Os custos de obtenção estão diretamente relacionados aos processos pelos quais os itens precisam passar até chegar à empresa, como gastos com pesquisas de mercado, desenvolvimento de fornecedores, processos internos, e custos de transporte envolvidos. Os custos de manutenção são aqueles decorrentes da mão de obra, depreciação das instalações e equipamentos necessários para a movimentação do material, riscos de obsolescência, entre outros.

O Controle de estoques exerce influência na rentabilidade da empresa. Os estoques absorvem capital que poderia estar sendo investido de outras maneiras, desviam fundos de outros usos potenciais e tem o mesmo custo de capital que qualquer outro investimento na empresa. Sendo um importante papel na fase administrativa, pois através desse estoque é possível saber o quanto se pode comprar e o que comprar (previsão de demanda) para não chegar ao desperdício de matérias ou até mesmo da falta de material em estoque. (OLIVEIRA E SILVA, 2014).

Previsão de Demanda

De acordo com Costa (2018), alguns dos motivos da complexidade crescente na atividade de gestão de estoques que vem sendo enfrentada pelas empresas, são produtos com processos de customização elevados, produtos com ciclo de vida curto e que rapidamente se tornam obsoletos, e a grande diversificação e as flutuações de demanda. Nesse sentido, a previsão de demanda, como mostra no sentido literal da palavra, é algo incerto, apresentando incertezas e erros na sua estimativa.

Bernardino (2018) destaca que os produtos têm diferentes tipos de classificações como mostra o Quadro 2, e por isso é preciso analisar os vários tipos de demandas antes de renovar o estoque.

Quadro 2: Tipos de Demanda

Demanda permanente	Reabastecimento ocorre continuamente por não se tratar de itens com grandes variações.
Demanda sazonal	Ocorre com produtos que possuem maior variação durante alguns meses do ano;
Demanda irregular	Ocorre com produtos onde não se considera a certeza de alta demanda
Demanda em declínio	Trata de produtos onde a demanda declina gradualmente
Demanda derivada	Ocorre com produtos resultantes de demandas associadas a itens de alto consumo.

Fonte: Adaptado de Bernardino (2018)

Os diferentes tipos de demandas exigem dos gestores um conhecimento aprofundado sobre os produtos comercializados, pois existem variações no consumo. Segundo Bernardino (2018), os produtos classificados como demanda

permanente normalmente possuem um longo período de vida, diferente dos itens de demanda sazonal, que possuem ciclo de vida reduzido ou fazem parte da moda. Os itens de demanda irregular são aqueles que se encontram dificuldade em prever sua venda, por isso a quantidade em estoque deve ser moderada, diferente dos itens com demanda em declínio, onde seu estoque precisa ser reduzido de acordo com a queda no consumo. E os itens pertencentes à demanda derivada, são aqueles que seu consumo associa-se a outros produtos da mesma categoria.

Curva Abc

A Curva ABC foi fundamentada no teorema do economista Vilfredo Pareto na Itália, no século XIX, conhecida como Lei de Pareto. Constitui da classificação estatística de materiais considerando os de maior importância, baseada nas quantidades utilizadas e no seu valor (PALOMINO, 2018). Outras nomenclaturas utilizadas para esse fenômeno são: curva ABC ou lei de 80/20. Essa lei demonstra que “para um grande número de fenômenos, a maior parte dos efeitos (aproximadamente 80% destes) está associada a poucas causas (20%), gerando uma curva acumulada” (SILVA *et al.* 2017).

Segundo Ribeiro Pinto et. al. (2020), o principal objetivo da análise ABC é identificar os itens de maior valor de demanda e sobre eles exercer uma gestão apurada, especialmente porque representa altos valores de investimento e seu controle mais elaborado vai permitir reduções nos custos dos estoques. Batista (2015) complementa que além dessa ferramenta ser utilizada para o controle de estoques, ela pode ser usada na definição das políticas de venda, na definição de prioridades, na programação da produção e entre outras diversas aplicações usuais na administração de empresas.

Desta forma o método ABC torna-se uma ferramenta gerencial bastante simples e eficaz para a classificação dos itens em estoque, principalmente quanto a sua importância financeira conforme o Quadro 3:

Quadro 3: Classificação dos Itens de acordo com a curva ABC

Itens da classe A	Possuem alto valor e, portanto, a maior porcentagem do dinheiro investido no estoque corresponde a cerca de 80% do valor total.
Itens da classe B	Ainda constitui parte significativa do valor total em estoque, e por isso merecem atenção especial
Itens da classe C	Constituída por produtos cujo investimento é menor.

Fonte: Adaptado de Palomino *et al.* (2018).

Segundo Palomino *et al.* (2018), os itens da classe A faz necessário uma monitoração por um sistema de estoque que mantenha atualizado os recebimentos, saldos e retiradas, evitando assim que investimentos sejam feitos de forma desnecessária em itens onerosos e que possuem valor elevado. Os itens da classe B, representam cerca de 30% do total de itens e cerca de 15% do valor total dos produtos contidos em estoque, por fim os itens de classe C chegam a representar 50% do total de itens e cerca de 5% do valor de investimentos, contendo assim os produtos de valor menor.

Relevância do uso da Curva Abc

A partir do método da Curva ABC, o estoque passa por um controle seletivo, no qual é possível adotar uma discriminação dos produtos conforme sua importância, o que não é apropriado conceder o mesmo nível de importância a produtos diferentes, ao passo que eles possuem peculiaridades próprias, como custos, demandas, fornecimento e prazos de entrega. (MENDANHA 2018)

Costa (2018) reforça a importância de a empresa conhecer a composição de seu estoque, utilizando a ferramenta curva ABC, pois assim ela pode aprimorar o foco das ações e elaborar estratégias mais assertivas. O Quadro 4 apresenta os níveis de importância dos itens classificados com A e com C, sob diferentes aspectos de análise.

Quadro 4: Importância dos itens em relação ao estoque

Aspecto de análise	Itens de grande importância (Classe A)	Itens de pouca importância (Classe C)
Nº de itens em estoque	Poucos	Muitos
Valor envolvido	Elevado	Pequeno
Profundidade na análise	Maior	Menor
Margem de erro	Menor	Maior
Benefício relativo	Maior	Menor

Fonte: Adaptado de Costa (2018)

Após a empresa ter conhecimento da composição de seu estoque, classificando-o entre A, B e C, torna-se próximo uma administração melhorada destes recursos, tendo um foco maior naqueles que tem mais impacto para o processo produtivo/vendas e para as finanças da empresa (Costa, 2018), perceber a relevância e importância que cada item do estoque possui.

De acordo com Aragão *et al.*(2016), na área administrativa, a curva ABC tornou-se de vasta utilidade nos mais diversos setores em que se necessita tomar decisões, envolvendo grande volume de dados e a ação torna-se urgente, sendo constantemente usada para avaliação de produção, estoques, vendas, salários e outros.

Notas Metodológicas

A metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e a resolução de problemas e/ou questões de investigação. (PRODANOV; FREITAS, 2013)

Quanto aos objetivos essa pesquisa se classifica como descritiva, com visitas à empresa, a fim de observar e registrar todas as informações necessárias. Quanto aos procedimentos, essa pesquisa se caracteriza como documental, bibliográfica e estudo de caso. Documental, pois foram utilizados documentos empresariais extraídos diretamente na empresa. Bibliográfica, pois foi desenvolvida a partir de material já elaborado, principalmente de livros e artigos científicos. Dados esses, extraídos para dar maior embasamento ao trabalho em estudo.

O trabalho caracteriza como estudo de caso devido ter sido realizado em uma empresa de autopeças, que atende principalmente veículos de grande porte (linha pesada), fornecendo peças e acessórios para veículos automotores na cidade de Imbituva, estado do Paraná. Esta pesquisa tem como base a contribuição no gerenciamento dos estoques e otimização dos resultados utilizando a ferramenta curva ABC, aplicado a essa empresa.

Em relação à abordagem, esta pesquisa classifica-se como quantitativa, por buscar uma definição de como está o controle de estoques, baseando-se em relatórios e números fornecidos pela empresa, observando e avaliando sua eficiência, para que se possa validar ou não a utilização dessas ferramentas na atual rotina da empresa. A coleta dos dados ocorreu entre os meses de julho a setembro de 2021. O período da análise foi o ano de 2020, partindo do dia 01 de

janeiro até 31 de dezembro. Os dados coletados foram mensurados aplicando instrumentos de cálculos e gráficos do software Excel.

O método de análise adotado desde a classificação dos produtos em relação ao volume de vendas até a curva ABC, seguiu as seguintes etapas:

1- Listou-se os produtos vendidos (em unidades) e com seus valores unitários. Obtivemos os valores da receita anual (em reais) multiplicando o valor unitário pela quantidade vendida, e fazendo a soma total no período em análise. Assim ordenaram-se de forma decrescente os itens.

2- Foi criado uma tabela dividindo por categoria de Classe A, B e C os produtos com relação a sua representatividade percentual (%) do total de vendas, sendo 20% dos itens para a Classe A, 30% para a Classe B e 50% dos itens para a Classe C.

3- Foi construída a curva ABC usando o percentual de vendas acumulado em relação ao número de itens, para obtermos os itens que tiveram maior participação no total de vendas para os diferentes grupos de produtos.

Apresentação e Análise dos Dados

A empresa em análise foi fundada no de 1994 na cidade de Imbituva no estado do Paraná, contando com apenas 2 colaboradores, que até então, eram os sócios, e com sede em um local cedido gratuitamente. Com o passar dos anos a empresa evolui possibilitando a aquisição de um terreno para sediar as novas estruturas. A sociedade que existia se desfez, passando a ter apenas um único proprietário.

Atualmente, a empresa que iniciou suas atividades oferecendo apenas serviços de borracharia, atua no ramo de autopeças e acessórios, borracharia,

auto elétrica e lataria para veículos automotores. Conta com uma área construída de aproximadamente 680 metros quadrados e 10 colaboradores fixos.

Seus principais clientes são as fábricas madeireiras e as empresas de transporte de cargas do município e das cidades vizinhas. A pesquisa em questão foi realizada no departamento de autopeças, onde é gerido o estoque da organização.

Análise dos Produtos

Com os dados coletados foi possível analisar como estava a gestão e controle dos estoques. Para tanto, utilizou-se do sistema da empresa que condicionou classificar os produtos dentro da curva ABC considerando os itens vendidos no ano de 2020. No Quadro 5 destaca-se a classificação dos produtos de acordo com a aplicação do método da Curva ABC.

Quadro 5: Classificação dos produtos vendidos em 2020

Classe	Quantidade de Produtos	Valor Total por Classe	Representação quantidade (%)	Representação Valor (%)
A	2.013	R\$ 71.753,06	6%	20%
B	9.798	R\$ 108.905,94	29%	30%
C	21.775	R\$ 181.326,52	65%	50%
Total	33.586	R\$ 361.985,52	100%	100%

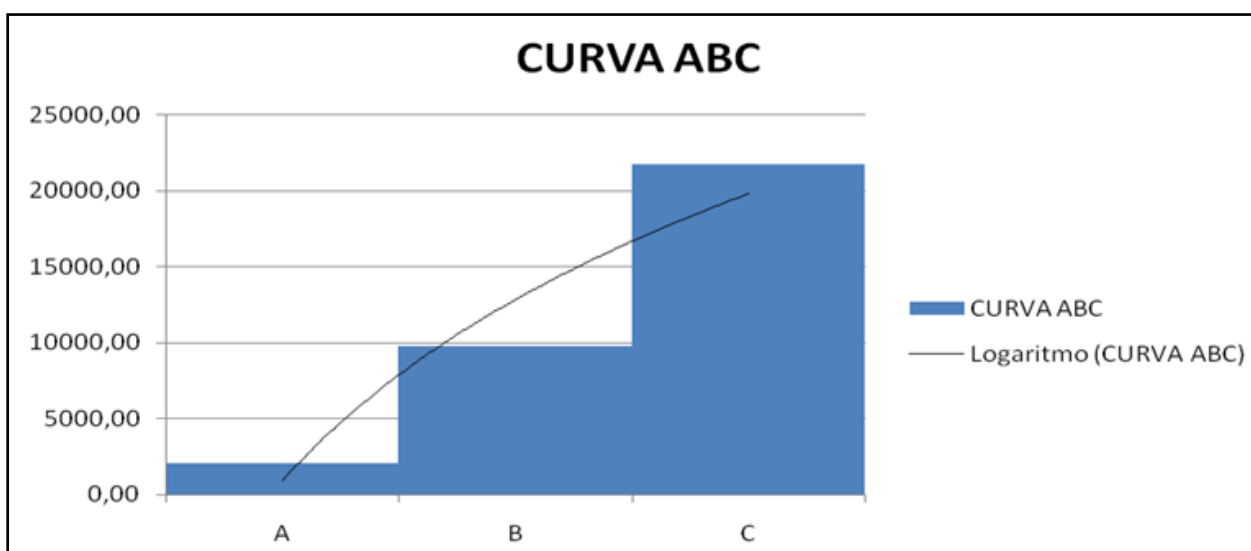
Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

De acordo com os dados evidenciados no Quadro 5, as vendas realizadas no período em análise, a empresa obteve um giro de 33.586 produtos do seu estoque, sendo 2.013 classificados como itens da classe A, 9.798 como itens da classe B e 21.774,87 como itens da classe C. Para elaborar a Curva ABC

foi necessário estabelecer parâmetros de corte para a classificação a fim de identificar os produtos que representam maior valor de consumo. Para tanto a proporção utilizada para o cálculo, foi de 20% para itens classificados como A, 30% para itens B e 50% para itens C. Vale ressaltar que a parametrização utilizada foi em relação à quantidade vendida, e não em relação ao valor das vendas.

Após a aplicação, constatou-se que dos 33.586 itens comercializados no período, os classificados como A, representam 6% do valor total das vendas e 20% no valor total dos produtos. Os itens B representam 29% das vendas e uma proporção de 30% do valor total, e por fim, os itens catalogados como C representam 65% dos produtos vendidos e 50% do total de vendas. Desta forma, a Figura 1 ilustra como fica o desenho gráfico da curva ABC no período estudado.

Figura 1: Curva ABC



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Conforme ilustrado na Figura 1, os itens A são os que tiveram menor quantidade vendida, porém maior valor agregado em relação aos itens das outras classes. Fazendo uma divisão entre o valor da mercadoria vendida e

a quantidade vendida, obtém uma média unitária de R\$ 35,64 para a classe A, R\$11,11 para a classe B, e R\$ 8,33 para a classe C. Mostrando assim que a diferença entre as categorias varia da classe C para a B em um percentual de 25%, e da classe B para a A, variando em 220,8%. Confirmando assim, os resultados em relação à quantidade/valor.

Para a próxima análise, foram utilizados os dados em relação aos itens vendidos no período de acordo com sua classificação, sendo possível assim, um detalhamento quanto ao comportamento dos produtos e sua contribuição para o faturamento da empresa, como mostrado na Tabela 1.

Tabela 1: Classificação dos itens vendidos na curva ABC pelo valor

Curva	Nome	Un.	\$ Total	Quantidade
A	CAMARA DE AR 1100X22 QBOM	UN	11.604,98	69,00
A	CINEMATICO COMPLETO FORTIAR	UN	11.452,00	358,00
A	PROTETOR DE CAMARA ARO 22	UN	8.430,75	154,00
A	FAROL AUXILIAR 9 LEDS 27W BIVOLT REDONDO DNI	UN	6.377,41	64,00
A	CAMARA DE AR 1000X20 QBOM	UN	5.956,09	41,00
B	FAROL AUXILIAR 9 LEDS 27W BIVOLT REDONDO	UN	3.451,74	35,00
B	MANGUEIRA PARA RODOAR PRETA 8MM FORTIAR	M	3.261,17	1.080,25
B	FLANGE CARRETA DIVERSAS FORTIAR	UN	3.195,28	72,00
B	FAIXA REFLETIVA P/PARACHOQUE 3M	UN	2.980,76	29,00

B	PARACHOQUE IVECO TECTOR BL	UN	2.917,24	2,00
C	LANTERNA TRASEIRA LED GUERRA 24V 2010 LE	UN	1.182,38	4,00
C	LANTERNA TRASEIRA LED GUERRA 24V 2010 LD	UN	1.182,38	4,00
C	CLIMATIZADOR SLIM MASTER UNIVERSAL 12V MAXI.	UN	1.179,23	1,00
C	GANCHO DE LONA PRETO FORTIAR	UN	1.163,74	585,00
C	PRESILIA PLASTICA 15CM PEQUENA	UN	1.159,54	3.494,00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

De acordo com a Tabela 1, é possível observar que a quantidade de produtos em relação ao fechamento financeiro de cada classe varia muito, pois o estoque possui diversos produtos com diferentes valores. Utilizando a contagem dos itens comercializados durante o ano de 2020, notou-se que a quantidade de itens que formou a classificação A foi de 12 diferentes produtos, valor esse que pode ser considerado baixo em relação aos resultados das classes B e C, que possuem 58 e 864 diferentes itens respectivamente.

A quantidade de vendas feita no período de 2020 refletiu também nas compras realizadas. Assim, como é previsto na empresa, quando é realizado vendas, seja feita a reposição de tais produtos que possuem rotatividade e geram lucros para a empresa. A Tabela 2 mostra os principais itens com maiores valores que foram adquiridos seguindo a classificação ABC.

Tabela 2: Classificação dos itens comprados na curva ABC pelo valor

Curva	Nome	Un.	\$ Total	Compras
A	CINEMATICO COMPLETO FORTIAR	UN	4.541,25	240,00
A	CAMARA DE AR 1100X22 QBOM	UN	4.428,00	46,00
A	PROTETOR DE CAMARA ARO 22	UN	2.567,00	89,00
A	CAMARA DE AR 1000X20 QBOM	UN	2.522,00	30,00
A	PRODUTO P/CONSUMO*	UN	2.232,29	30,00
B	MANGUEIRA PARA RODOAR PRETA 8MM FORTIAR	M	1.391,00	1.040,00
B	ANTENA MOVEL P/RADIO PX MARINOX RIGIDA AQ.	UN	1.372,47	13,00
B	CLIMATIZADOR EVOLVE UNIVERSAL 24V CLIMATIZAR	UN	1.322,34	3,00
B	FAIXA REFLETIVA P/PARACHOQUE 3M	UN	1.310,33	22,00
B	CAMARA P/PNEU CARRO ARO 13/14 QBOM	UN	1.302,00	49,00
C	REGULADOR VOLTAGEM 24V-80AMP VW/ VOLVO FH/MB	UN	405,08	2,00
C	CAPA DE PORCA CROMADA 32MM FORTIAR	UN	394,20	340,00
C	LAMPADA 67 24V 5W HELLA	UN	394,09	310,00
C	CALHA DE PORTA VW CONSTELLATION S/ CORTE FAB.	JG	391,74	3,00
C	FLANGE MINI TRAÇÃO (=89C) VW/ FC/ MB FORTIAR	UN	391,55	21,00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Em relação à Tabela 2 sobre as compras feitas no período de 2020, pode-se observar que os produtos comprados nem sempre são os mesmos que aparecem no ranking dos vendidos, e a quantidade de compras de alguns produtos na maioria das vezes é menor do que a venda. Um exemplo é a Câmara de Ar 1100x22 Qbom, que foram compradas 46 unidades no período, e foram vendidas no mesmo intervalo de tempo 69 peças.

Isso denota que vários produtos não acompanharam a reposição em relação às vendas, acarretando assim um recuo no estoque total da empresa. O principal motivo se deve a pandemia do Covid 19 no período em estudo, tendo em vista, que as vendas sofreram redução, e com isso a empresa precisou reduzir seu estoque para conseguir honrar com suas obrigações.

A respeito da rentabilidade, da representatividade e giro do estoque da empresa, constatou-se que a quantidade de produtos varia muito de uma classe para a outra. A Tabela 3 mostra os primeiros itens de cada classe de acordo com as vendas realizadas.

Tabela 3: Rentabilidade Média e Giro de Estoque Curva ABC

Curva	Nome	Un	\$ Total	Saldo Est.01/01/20	Quant. Vendida	Custo Total	Rentab. %
A	CAMARA DE AR 1100X22	UN	11.604,98	32,00	69,00	6.609,00	75,59%
A	CINEMATICO COMPLETO	UN	11.451,98	155,00	358,00	6.780,46	68,90%
A	PROTETOR DE CAMARA ARO 22	UN	8.430,74	83,00	154,00	4.418,50	90,81%
A	FAROL AUXILIAR 9 LEDS 27W BIVOLT REDONDO	UN	6.377,41	36,00	64,00	3.474,98	83,52%

A	CAMARA DE AR 1000X20 QBOM	UN	5.956,07	19,00	41,00	3.465,00	71,89%
B	FAROL AUXILIAR 9 LEDS 27W BIVOLT REDONDO	UN	3.451,74	12,00	35,00	1.234,04	179,71%
B	MANGUEIRA PARA RODOAR PRETA 8MM	M	3.261,17	286,50	1.080,25	1.506,96	116,41%
B	FLANGE CARRETA DIVERSAS FORTIAR	UN	3.195,28	35,00	72,00	1.544,23	106,92%
B	FAIXA REFLETIVA P/ PARACHOQUE 3M	UN	2.980,77	11,00	29,00	1.707,42	74,58%
B	PARACHOQUE IVECO	UN	2.917,24	1,00	2,00	1.658,70	75,88%
C	LANTERNA TRASEIRA LED GUERRA 24V 2010LD	UN	1.182,38	3,00	4,00	665,84	77,58%
C	LANTERNA TRASEIRA LED GUERRA 24V 2010LE	UN	1.182,38	3,00	4,00	665,84	77,58%
C	CLIMATIZADOR SLIM MASTER UNIVERSAL 12V	UN	1.179,23	2,00	1,00	780,00	51,18%
C	GANCHO DE LONA PRETO FORTIAR	UN	1.163,74	177,00	585,00	543,02	114,31%
C	PRESILIA PLASTICA 15CM PEQUENA	UN	1.159,59	435,00	3.494,00	367,06	215,91%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Quanto à margem de lucro bruto aplicada pela empresa, é notável, que se utilize de um padrão, não havendo grandes distinções sobre a margem em relação às classes de produtos. Desta forma, pode ser observado na Tabela 3, que essa margem variou de 81,91% para os produtos da classe A, 100,31% para os produtos da classe B e 92,49% para os produtos da classe C, valores esses, que fazendo uma média percentual dos principais produtos de cada classe, fica em torno de 91,57% de ganho bruto.

Outro fator relevante na análise da empresa é a rotatividade dos produtos, conforme ilustrado na Tabela 3, e fazendo um comparativo, constata-se que a maioria dos produtos teve uma rotatividade única ou menor em relação ao saldo inicial de estoque, ou seja, o número de vezes que a empresa vendeu e renovou seu estoque de mercadorias foi baixo. Um exemplo desse fato, pode ser comprovado usando a mercadoria Climatizador Evolve Universal 24v Climatizar, que seu saldo em 31/12/2019 era de 3 peças, e que no mesmo espaço de tempo foram comprados mais 3 produtos e vendidos 3 respectivamente.

De acordo com Bernardino (2018), o giro de estoque deve ser comparado com índices históricos de rotatividade, índices planejados e médios do setor, possibilitando assim um equilíbrio em relação ao consumo, acompanhando as evoluções da cadeia de suprimentos e definindo parâmetros de nivelamento com o estoque.

Considerações Finais

A curva ABC é uma ferramenta fundamental para o bom desenvolvimento de medidas para o gerenciamento dos estoques. Mediante o seu uso, é realizado a identificação dos produtos que possuem maior relevância no estoque, podendo ser adotadas políticas para cada classe de produtos, determinadas pelo sistema ABC.

Para produtos da classe A, deve-se ter um controle rigoroso das entradas e saídas dos produtos, a aquisição deve ser baseada nas necessidades pré-calculadas e uma manutenção de baixos estoques de segurança. Para os itens da classe B o controle é um pouco menor, porém deve ser evitando faltas e falhas no fornecimento. As compras devem ser em maiores quantidades para redução de fretes, o controle e a manutenção do estoque. Os itens da classe C são os que demandam menos controle em relação ao custo, porém é indispensável uma maior quantidade estocada, já que representam um grande percentual nas vendas.

Os dados analisados mostraram que dos 33.586 produtos vendidos durante o ano de 2020, a classe A significou 6% de representatividade de quantidade e 20% de representação em valor, seguido pela classe B com 29% de representatividade de quantidade e 30% de representação em relação ao valor vendido. E, por último a classe C com 65% de representatividade em relação à quantidade, e 50% em relação à representação monetária. Relações essas, que confirmam a alta margem de receitas agregada a produtos de pequeno valor.

Desta forma, por meio da curva ABC a empresa pode realizar uma análise de estoques e um gerenciamento adequado, de forma que ela possa optar pelos produtos de maior importância e participação nos lucros, e assim prevenir-se quanto ao excesso ou ausência de tais produtos.

Por fim, com base nos resultados apontados pela pesquisa, pode se concluir que o objetivo foi atingido, e assim, a empresa com base nestas informações, poderá direcionar suas expectativas, visando produtos com maior índice de consumo e rentabilidade, realizando assim um controle de segurança sobre os estoques e as ações que os envolvem.

Referências

- ARAGÃO, A. M. S., et al. Aplicação da curva ABC em uma empresa do setor atacadista no Estado do Sergipe. **Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção-Enegep**, João Pessoa, 2016.
- BARZAN, J. L., et al. **Proposta de controle de estoque em microempresa de pequena cidade catarinense**. Revista eletrônica Qualitas, 2018
- BATISTA, C.A. **O uso do método de curva abc na classificação dos principais produtos de uma mercearia da cidade de Sabará**. IFMG, 2015
- BERNARDINO, J. D. F. **Análise do gerenciamento e controle de estoques em uma revenda de mdf e acessórios para fabricantes de móveis sob medida**. Criciúma, 2018
- COSTA, H. N. **Aplicação da curva ABC na gestão de estoques em uma empresa que comercializa produtos siderúrgicos**. IFMG, 2018
- FIGUEIREDO, A. L. M., et al. **Aplicação das ferramentas de gerenciamento e controle de estoque em uma distribuidora de autopeças**. South American development Society Journal, Fev. 2020
- MENDANHA, A. F. F. L. **Gestão de compras baseada na curva ABC: Estudo de Caso**. UFOP, 2018
- OLIVEIRA, M.M.E.P; SILVA, R.M.R. **Gestão de Estoque**. [...]. Cuiabá: Instituto Cuiabano de Educação, 2014.
- PALOMINO, R., et al. **Gestão de estoque de uma microempresa de Aracaju-SE. ANAIS DO XXXVIII Encontro Nacional de engenharia de Produção - Enegep**, Maceió, 2018.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. Cr. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

RIBEIRO PINTO, P., et al. Avaliação da gestão de estoque em uma microempresa de autopeças utilizando a curva abc como ferramenta de apoio. **Revista Cereus**, v. 12, n. 2, p. 130-146, 2020.

SILVA, L. F. D. S., et al. Gestão de estoque: análise da curva abc numa empresa de borracharia e mecânica localizada em Mossoró/RN. **Anais do XXXVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**, Joinville, 2017

SILVA, R. V. C.; OLIVEIRA, T. A. A.. **A utilização da curva ABC na gestão de estoques: Estudo de caso em uma indústria alimentícia na cidade de Mamanguape – PB**. UNIESP, 2020

CAPÍTULO 5

ANÁLISE MOTIVACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO SETOR DA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR EM BANDEIRANTES-PR

Isabel Cristina Xavier Bilar

Mônica Aparecida Bortolotti

Almir Cléydison Joaquim da Silva

Gabrielle Santangelo Leiner

Doi: 10.48209/978-65-5417-101-5

Introdução

O estudo do tema motivação no setor público é algo complexo sabendo que envolve o ambiente interno e externo da organização, ou ainda, a situação atual do Brasil e até mesmo mundial, acontecimentos estes que interferem

de forma consciente ou inconsciente levando as pessoas a sentirem mais ou menos motivadas para o trabalho no ambiente observado. Levando em conta que servidores atuam diariamente com pessoas, e o aspecto motivacional deve ser considerado um recurso fundamental para que possam desenvolver suas funções com maior competência e agilidade. Pois enquanto que as organizações privadas se preocupam com a competitividade e os lucros, as públicas visam a qualidade dos serviços prestados à população em geral com eficiência e eficácia. Buscando um olhar para a instituição pública municipal observa-se diferenciados comportamentos de funcionários enquanto uns são atenciosos e eficientes, outros são agressivos e não realizam suas funções, apresentando falta de estímulos, todo esse contexto ocorre por falta de motivação, um desgaste que o funcionário vem sofrendo por pressões internas e externas que por vezes são em geral corrigíveis dentro da organização.

Cabendo aos gestores uma visão ampla da realidade local para identificar onde estão as lacunas e possibilitando oferecer aos servidores instrumentos que supram as necessidades levando-as a valorização e conseqüentemente a volta da produtividade.

O Setor de Documentação escolar faz parte da Secretaria da Educação e Cultura e tem por função verificar a disponibilidade de vagas; realizar Transferências; dispor de Histórico Escolar atuais ou antigos, como por exemplo: os Históricos Escolares Antigos das Escolas Rurais Municipais que já fecharam. Tem a responsabilidade de organizar os livros de chamadas, alimentar o sistema do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) com os dados corretos e atualizado dos alunos (BANDEIRANTES, 2019).

Ainda, tendo como Missão zelar pela Documentação Escolar com as competências: orientar quanto ao preenchimento de Históricos Escolares e demais documentos que compõem a pasta individual dos alunos. Também

emitir a certidão de regularidade de estudos e orientar quanto ao preenchimento e encaminhar os relatórios finais. Garantindo a qualidade na gestão escolar (BANDEIRANTES, 2019).

Diante da responsabilidade: Os servidores públicos da Secretaria de Educação no setor da documentação escolar do município de Bandeirantes-Pr, sentem-se motivados para realizar suas funções e cumprirem a missão do setor?

Na rotina das empresas, tanto pública quanto privada é constante a seleção e o recrutamento e isso passa pelo setor de recursos humanos, no caso específico estudado, os funcionários são selecionados por concurso público, e preenchem alguns requisitos específicos e característicos do cargo, mas cabe ao gestor público, desenvolver um treinamento, qualificando seu grupo e até mesmo estimulando os mesmos para que cumpram suas funções.

Ao realizar uma revisão de literatura explicita conhecimentos de forma teórica sobre o estudo e a pesquisa de campo com os funcionários do setor demonstra a intensidade da satisfação dos servidores chegando a uma ação que possa manter o lado motivacional positivo das secretárias na seção da documentação escolar do município de Bandeirantes Paraná. Diante do tema mencionado, levando em conta vários caminhos percorridos para chegar não ao perfeito, mas ao que se pode dizer viável a um setor que refletiu efeitos positivos ao cumprir a Missão do departamento da documentação escolar com responsabilidade, entusiasmo e competência, assim, justifica-se a escolha deste assunto.

O objetivo geral foi analisar os aspectos motivacionais dos servidores públicos no setor dos recursos humanos, com foco nos funcionários da área da documentação escolar da prefeitura municipal de Bandeirantes. Especificamente identificar fatores que levam os funcionários deste setor a se motivarem e desmotivarem para o trabalho, e ainda, observar se os servidores da repartição

estão sendo ouvidos por seus gestores. E por fim, analisar quanto ao aspecto de receptividade: o colaborador está aberto ao novo, a aprender, estudar e aplicar seus conhecimentos no setor.

Referencial Teórico

Os aspectos motivacionais dos servidores públicos muitas vezes estão atrelados ao desempenho do funcionário e do setor onde emprega-se, contudo, torna-se relevante analisar as características dos fomentos motivacionais dos funcionários, pois esse aspecto pode influenciar o resultado do trabalho do agente público.

A motivação é o resultado de forças implicadas sobre um indivíduo, levando-o a vontade de realizar algo, de acordo com Serrano (2000) para que haja uma motivação é preciso que exista um estímulo externo ou interno para a realização da ação ou reação, confirmando assim o pensamento do autor Robbins (2008) conforme esquema a seguir.

Figura 1- Esquema do processo de motivação.



Autor: Robbins (2008).

Ao analisar o esquema, entende-se que uma necessidade não realizada, desencadeia uma tensão, que corrobora com o surgimento da vontade de realizar a tarefa, para buscar satisfação, tendo assim a finalização da tensão do funcionário comprometido com a tarefa.

Contudo, a capacidade de atrair e reter pessoas talentosas tem sido regularmente associada a salários mais atrativos, contudo evidências empíricas sustentam que a retenção de pessoas talentosas depende em grande parte de fatores não-monetários, como a qualidade da liderança e a forma comunicacional utilizada para potenciar as habilidades, as competências, e os conhecimentos dos seus funcionários (MEIRINHOS; BARRETO, 2018).

Segundo os autores, a comunicação é hoje entendida como um mecanismo de gestão das interações e relacionamentos, assumindo-se que os colaboradores constituem o ativo mais poderoso de uma empresa, e os seus melhores embaixadores.

É no contexto deste triângulo de liderança, comunicação, motivação, e satisfação que se torna evidente o contributo da comunicação estratégica na retenção de recursos humanos, contribuindo para a participação do funcionário nessa estratégia.

De acordo com Meirinhos e Barreto (2018) uma participação otimizada depende do ambiente que lhe é proporcionado, correlacionando o ambiente profissional com a referencia participativa do funcionário em questão. Assim, oferecer um ambiente de trabalho no qual as pessoas se mantenham motivadas, um ambiente que encoraja a comunicação aberta traduz num primeiro passo para gerar a satisfação dos colaboradores, motivá-los para desempenhar as suas tarefas e funções, e conseqüentemente para reter o capital humano determinante para o sucesso do projeto organizacional.

Em conformidade com Dutra (2009, p. 36) “a área de gestão de pessoas deve ter clareza nas ações, objetivando alcançar o planejado, a capacidade de mudança constante e o conhecimento, isso tudo propiciando economia à organização”.

Em concordância com Klein e Zetesis (2016) a motivação refere-se a direcionadores do comportamento do indivíduo, intrínsecos à natureza do seu trabalho (fatores motivacionais intrínsecos), ou extrínsecos ao trabalho, relacionados às condições do ambiente (fatores motivacionais extrínsecos). Já a motivação intrínseca seria mais genuína, pois deriva da energia motivacional e dos aspectos simbólicos diretamente atrelados à própria realização do trabalho.

Apesar da ampla utilização na iniciativa privada, o uso de metas e recompensas na administração pública é relativamente recente. Talvez em decorrência disso, tais ferramentas são ainda pouco exploradas na pesquisa e na literatura de gestão pública. Também não consta a existência da influência das metas e das recompensas na motivação dos funcionários públicos do Brasil (RODRIGUES, et al. 2014).

Considerando a existência de tal lacuna, optou-se por realizar o presente estudo, orientado pela seguinte questão: como a motivação para o trabalho é afetada em ambientes com metas e recompensas? Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi identificar como as características das metas e recompensas praticadas influenciam a motivação dos funcionários públicos no trabalho.

Para alcançar tal objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar como os funcionários avaliam as metas e as recompensas nas instituições onde trabalham; identificar os níveis de motivação para o trabalho dos funcionários públicos; estudar as relações existentes entre as metas, as recompensas e essa motivação; estudar como as características individuais se relacionam com as metas, as recompensas e a motivação.

Segundo Ettinger (1980), nenhuma empresa é melhor do que as pessoas que nela trabalham. A mudança de pessoal é um contratempo custoso, tanto quanto treinar empregados, a fim de que tenham bom desempenho. Percebe-se que com o passar dos anos os funcionários necessitam de uma renovação da mente e do físico, para poder desempenhar suas atividades com maior alento. Para tanto exige um planejamento estratégico.

Oliveira (2016) destaca em suas análises que a administração de recursos humanos pode ser considerada estratégica, tendo a função específica de integração e motivação das pessoas dentro da organização. Por isso, preocupações com a qualidade de vida no trabalho, com a melhoria do clima, com a formação de uma cultura organizacional salutar e com o relacionamento interpessoal são exemplos de atividades da administração de recursos humanos nas organizações.”

O mesmo autor destaca a relevância para o saber, o nível de conhecimento e entendimento que tem sobre os resultados alcançados pela realização de seu trabalho. Eles são determinantes da satisfação e da motivação dos indivíduos, podendo trazer, como resultado, realização pessoal e profissional.

Ainda em suas análises, Ettinger (1980) ressalva que nenhuma empresa é melhor do que as pessoas que nela trabalham, em conjunto, pois a mudança de pessoal é um contratempo custoso, tanto quanto treinar empregados, a fim de que tenham bom desempenho. Contudo, percebe-se que com o passar dos anos os funcionários necessitam de uma renovação da mente e do físico, para poder desempenhar suas atividades com maior alento.

Ao realizar uma revisão de literatura explicita conhecimentos de forma teórica sobre o estudo e a pesquisa de campo com os funcionários do setor de-

monstra a intensidade da satisfação dos servidores chegando a uma ação que possa manter o lado motivacional positivo das secretárias na seção da documentação escolar do município de Bandeirantes Paraná.

Oliveira (2016) destaca duas dimensões como verdadeiras âncoras para o futuro das organizações, nesse caso, tanto públicas quanto privadas: a tecnologia e as pessoas. Se os recursos humanos são tão importantes para o futuro da Administração, a sua gestão tem lugar especial nesse futuro.

Corroborando assim para a presente pesquisa, sob a ótica motivacional para um profissional eficaz e um ambiente de trabalho público eficiente, correspondendo às expectativas apresentadas em uma gestão estratégia de recursos humanos em ambientes públicos. Segundo Oliveira (2016) torna-se relevante indagar, qual seria a máquina que conseguiria movimentar os fatores de motivação das equipes de trabalho? E trabalhar em equipes? Regular os conflitos, os jogos políticos, as atitudes emocionais, a inveja, o comprometimento dentro da organização?

Desse modo, como resultados esperados retrata-se análises práticas sobre o trabalho em equipe e o comprometimento do funcionário público dentro das organizações, um item de destaque para a motivação desse funcionário aqui analisado. Sabendo que os colaboradores deste setor tem como Missão zelar pela Documentação Escolar com as competências: orientar quanto ao preenchimento de Históricos Escolares e demais documentos que compõem a pasta individual dos alunos. Também emitir a certidão de regularidade de estudos e orientar quanto ao preenchimento e encaminhar os relatórios finais. Garantindo a qualidade na gestão escolar com competência .

Aspectos Metodológicos

A metodologia utilizada será inicialmente por meio de uma pesquisa bibliográfica, para embasar os estudos, estudiosos serão incorporados ao trabalho, afim de que tragam conhecimento e acrescentando algo a mais sobre a teoria motivacional e competência na gestão do setor público municipal. Para conhecer a real situação dos secretários e reunir alguns dados estatísticos sobre o cotidiano, será usada a técnica por meio de questionário, no qual a acadêmica selecionará algumas perguntas objetivas e subjetivas para aplicação. Após análise dos dados e vivenciando a rotina dos mesmos, coletar sugestões com o intuito de poder deixar um registro acadêmico e para quem vier ler este indicativos, transmitir uma mensagem de sugestões positivas que acrescentarão na vivência cotidiana e profissional do leitor. A pesquisa ora realizada, é de natureza aplicada, haja vista ter gerado conhecimentos direcionados à aplicação prática, os quais são dirigidos à solução de problemas específicos. Outrossim, os conhecimentos gerados envolvem não apenas verdades, mas também interesses locais. (UNISANTA, sem data)

Portanto, a pesquisa enquadra-se na definição de Prodanov (2013) em pesquisa básica, que tem por objetivo gerar conhecimentos novos sem aplicação prática, desenvolvendo assim informações relevantes sobre a motivação para fomento de trabalho no setor público. A presente pesquisa possui característica exploratória, visto que a mesma assumiu não apenas as formas de pesquisa bibliográfica, mas também o estudo de caso.

Segundo Richardson (2007) “a pesquisa quantitativa envolve as ações de coletar e analisar dados numéricos e aplicar testes estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”.

Devido as análises da motivação dos funcionários públicos do município de Bandeirantes/PR, no âmbito da educação municipal, pode-se coletar dados que posteriormente foram analisados estatisticamente, portanto a pesquisa desenvolvida seguir preceitos de abordagem quantitativa.

A pesquisa desenvolvida enquadra-se no procedimento de estudo de caso, definido por Eisenhardt (1989) como uma estratégia de pesquisa orientada para a compreensão das dinâmicas que emergem de contextos singulares. Portanto, devido a análise motivacional administrativa dos funcionários públicos no âmbito da gestão pública, a pesquisa denota-se como estudo de caso.

De acordo com (GIL, 2008), o estudo de caso procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do que ocorrem naquela realidade. Contudo, nesta pesquisa, tem-se o questionamento do público alvo o qual deseja-se conhecer o comportamento, analisando assim um caso específico, caracterizando o procedimento da pesquisa desenvolvida, na esfera da administração pública.

A população objeto de estudo da pesquisa, são os funcionários da esfera da administração pública de uma escola analisada, totalizando 9 (nove) funcionários públicos. Para esse trabalho de pesquisa, a conversa envolveu equipe de secretários escolares, coordenação, diretoria, bem como Secretaria de Educação do município e escola pública municipal em foco. Analisar a realidade local do trabalho do documentador escolar foi o primeiro passo para iniciar o estudo, contudo o ambiente interno e externo dos trabalhadores do setor também serão analisados para complementar a proposta da pesquisa. Para obtenção dos dados, primeiramente solicitou-se à Secretaria da Educação na responsabilidade

de da Secretária geral que também comunicou-se com as direções das escolas para que as mesmas fizessem a disponibilização do espaço para que se pudesse realizar os estudos e ainda, pessoal para responder as perguntas. Por meio de questionários e observações, constata-se que os secretários se demonstraram disposição em realizar as respostas e contribuir para pesquisa já que a mesma será mais um adicional para um estudo de caso sobre a realidade do funcionalismo deste setor.

Outrossim, utilizou-se do acesso direto ao convívio diário dos secretários escolares e observou também suas relações nos aspectos comportamentais de relacionamento profissional, tanto com os alunos, quanto com professores, coordenação, equipe pedagógica e direção e suas relações com os órgãos que são submetidos a ordens diretas ou indiretas, ou seja, Secretaria da Educação e Núcleo Regional de Ensino de Cornélio Procópio.

Análise dos Resultados

Para coleta de dados, foi de extrema importância o contato direto com os funcionários, e demais pessoas de convívio no ambiente escolar, podendo avaliar in loco os objetivos dessa pesquisa, contudo, as etapas seguidas para a execução do trabalho foram: pesquisa bibliográfica; elaboração e aplicação de questionário; análise e interpretação de dados apontados por gráficos.

Desse modo, será elaborado e aplicado um questionário com indagações pertinentes ao objetivo da pesquisa, onde a análise dos dados e interpretação servirão de base para novos estudos, portanto, segundo Gil (2002, p. 125):

O processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Após, ou juntamente com a análise, pode ocorrer também a interpretação dos dados [...].

Os fatores motivacionais do trabalho destacados pela acadêmica já foi estudado por vários teóricos do comportamento humano, podendo usar embasamentos teóricos em conformidade com o foco do trabalho para a elaboração de um questionário adequado a pesquisa realizada. Desse modo, a pesquisa poderá demonstrar se os servidores estão motivados a trabalhar, ou não. Sendo assim, apontado ao final da pesquisa o que pode ter provocado o que motivam e desmotivam os servidores, fatores esses que podem interferir ou não na produtividade no trabalho.

Após o acoplamento das respostas ao questionário serão apresentados os resultados da pesquisa realizada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Bandeirantes do Estado do Paraná, com o objetivo de identificar os fatores que geram a motivação e desmotivação dos servidores lotados nesta organização mais precisamente no setor da secretarias das escolas municipais. Os servidores serão representados por letras para que sua identidade permaneça em sigilo. Do total dos 9 profissionais respondentes, a maioria é do sexo feminino, enumerados de 1 a 9, conforme pode-se visualizar. Informações são relevantes para conhecimentos diante das pesquisas realizadas, portanto, os entrevistados foram analisados conforme características importantes para os resultados e objetivos do trabalho elaborado, desse modo, foram entrevistados 1 secretária geral, responsável pelo setor, e ademais 8 secretárias. Segundo já explicado, a amostra da pesquisa é composta por uma população de funcionários públicos concursados da área da Educação no município de Bandeirantes Paraná.

A amostra populacional total é de 09 trabalhadores e todos responderam ao questionário. A partir dos dados obtidos na pesquisa com os 09 respondentes, identifica-se que a maioria, 99,99%, é composta por mulheres e 0,1% por homens, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Gêneros dos participantes.

Gênero	Quant. de entrevistados	Frequência
Masculino	1	12,50%
Feminino	8	89,00%
Total	9	100,00%

Fonte: elaboração própria (2020).

Sendo assim, reafirmar a forte inserção da mulher no mercado de trabalho. Sugerindo que as organizações necessitam estar atentas às particularidades desse gênero e prever políticas trabalhistas voltadas à mulher no mercado de trabalho, sendo elas mulheres fortes e determinadas, mas com sensibilidade, acrescentando ainda o mínimo de atenção aos seus direitos tais como aquelas relativas à licença gestação e à amamentação.

Tabela 2 - Faixa etária dos participantes.

Faixa etária	Quant. de entrevistados	Frequência
18 a 25 anos	3	33,33%
26 a 35 anos	2	22,22%
36 a 45 anos	2	22,22%
46 a 55 anos	2	22,22%
Mais de 55 anos	0	0
Total	9	100,00%

Fonte: elaboração própria (2020).

Quanto a faixa etária dos funcionários entrevistados demonstra que a maioria são jovens e entre as outras demais o equilíbrio predomina ou seja, de 26 a 35 anos 22%; de 36 a 45 anos 22% e de 46 a 55 anos 22% e nenhuma pessoa acima de 55 anos conforme a ilustração do (gráfico 1).

Gráfico 1 - Demonstração da faixa etária



Fonte: elaboração própria (2020)

Com relação à escolaridade dos entrevistados, é possível afirmar que a maioria dos entrevistados possui graduação ou especialização (tabela 3). E apenas uma pessoa possui ensino médio, e ainda nenhuma das pessoas entrevistadas possui apenas o ensino fundamental, refletindo positivamente, sabendo que os funcionários deste setor procuram o conhecimento se capacitando. Com a perspectiva de melhoramento de seus currículos, e obter a contrapartida, ou seja, o reconhecimento por parte de seus gestores.

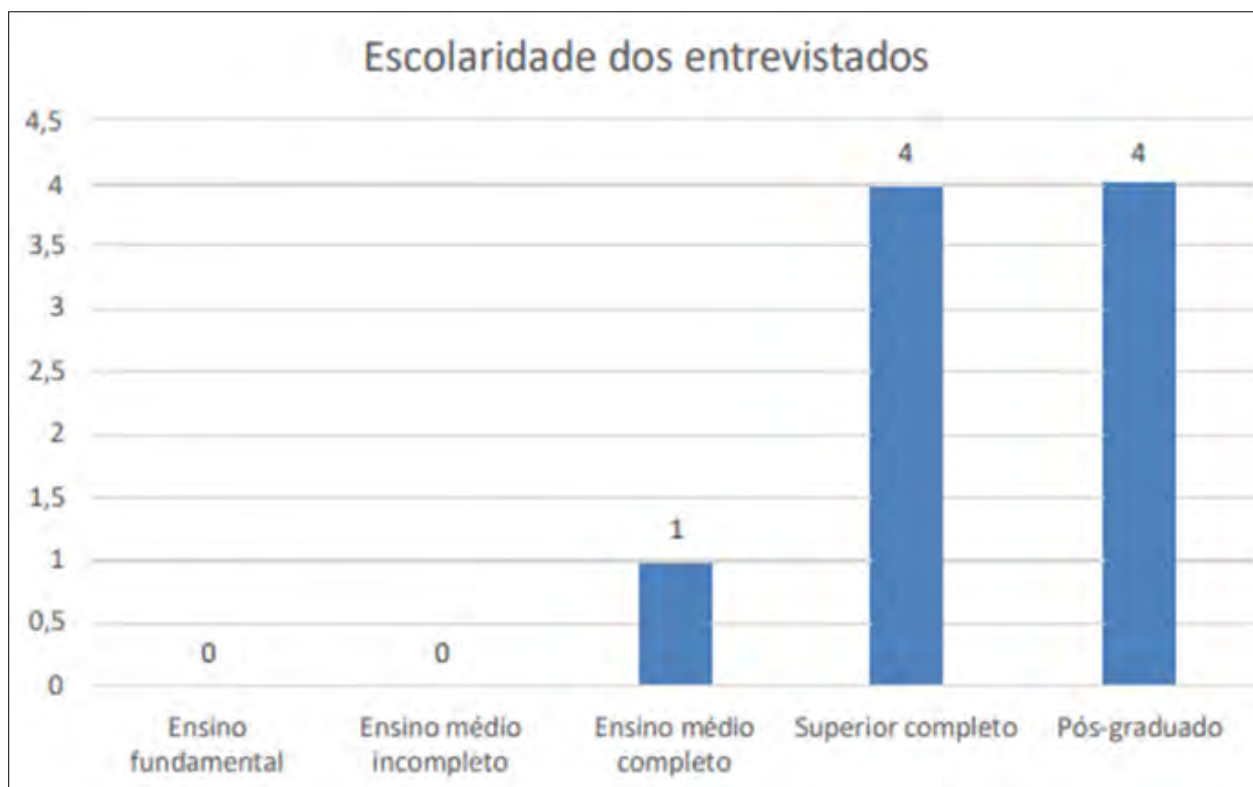
Tabela 3 - Escolaridade dos participantes.

Escolaridade	Quant. de entrevistados	Frequência
Ensino fundamental	0	-
Enino médio incompleto	0	-
Ensino médio completo	1	11,11%
Superior completo	4	44,44%
Pós-graduação	4	44,44%
Total	9	100,00%

Fonte: elaboração própria (2020).

Desse modo, pode-se coletar dados relevantes de acordo com a análise da escolaridade de cada membro entrevistado, dados relevantes para a análise dos resultados, aplicada mais a frente da presente pesquisa.

Gráfico 2 - Representação gráfica da escolaridade dos participantes.



Fonte: elaboração própria (2020).

Conforme apresenta-se no gráfico 2, o nível de escolaridade é do ensino médio em diante, demonstrando aspectos relevantes para a escolaridade e a análise dos resultados obtidos.

Tabela 4 - Tempo do participante como colaborador no órgão trabalhado.

Tempo de trabalho	Quant. de entrevistados	Frequência
Menos de 1 ano	0	-
De 1 a 5 anos	1	11,11%
De 6 a 10 anos	4	44,44%

De 11 a 15 anos	2	22,22%
De 16 a 20 anos	2	22,22%
Total	9	100,00%

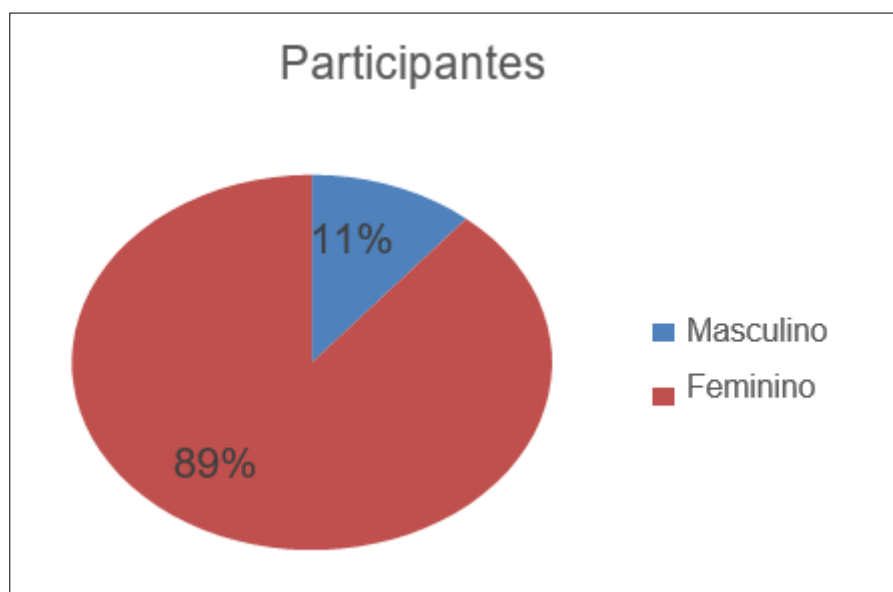
Fonte: elaboração própria (2020).

Foi constatado que ao realizar a tabulação do tempo de serviço público dos entrevistados (tabela 4) maioria dos trabalhadores estão entre os que possuem de 6 anos a 10 anos de trabalho; e entre 11-15 anos em segundo lugar, conforme demonstra-se na tabela 5. E um certo equilíbrio entre os iniciantes e os que tem mais tempo de serviço. Levando ao pensamento de que o serviço público ainda é atrativo, pois muitos que estão chegando ao serviço público à procura de estabilidade e perfazer uma carreira no setor público. A aplicação do questionário foi direcionado ao público específico do departamento municipal, contendo questões objetivas e outras alternativas dissertativas subjetivas abertas na qual todos participantes responderam. Trata se de uma pesquisa de caráter parcialmente descritiva com abordagens qualitativa e quantitativa a análise dos dados será de caráter estatístico apresentando tabelas e gráficos e as questões subjetivas abertas terão um cunho interpretativo.

Segundo Richardson (1999), geralmente os questionários cumprem duas funções, ou seja, descrevem características e medem determinadas variáveis de um grupo. A análise estatística tem por objetivo medir a frequência dos fenômenos e entender a relação entre eles, já na análise interpretativa aponta compreender os problemas. Como o objetivo geral analisar os aspectos motivacionais dos servidores públicos no setor dos recursos humanos, com foco nos funcionários da área da documentação escolar da secretaria municipal de Bandeirantes Paraná, primeiramente apresentamos os dados gerais de toda

amostra: Sexo; (Gênero); Idade; (Faixa etária); Escolaridade; Tempo de empresa; (Tempo de serviço no órgão). Pode se perceber que na distribuição da amostra, a participação feminina foi de (86%) maior que a participação masculina, sendo que neste setor apenas um por cento (11%) é do gênero masculino.

Gráfico 1 - Demonstração do gênero. Fonte: Dados da pesquisa realizada entre fevereiro e março, elaborada pelo próprio autor (2020).



Fonte: Dados da pesquisa realizada entre fevereiro e março, elaborada pelo próprio autor (2020).

A faixa etária está em equilíbrio, pois observamos que estão distribuídas as idades, em etariedades equilibradas nos 22% ou seja, três partes, e ainda os jovens concursados são a maioria 34 %, com boa capacitação e com vontade de aprender, mente aberta e também pessoas com grande chances de construir uma carreira neste setor.

Gráfico 2 - Demonstração da etáriedade.



Fonte: Dados da pesquisa realizada entre fevereiro e março, elaborada pelo próprio autor (2020).

A escolaridade da amostragem dos dados em grande parte é de nível superior completo e pós-graduação. Mas sabemos que para exercer o cargo de secretário escolar exige-se o ensino médio, portanto, a maioria destes funcionários são pessoas capacitadas e buscam o conhecimento. E sabem exercer seu papel e contribui e muito para o melhor funcionamento das instituições. A carga horária dos servidores é de 8 horas por/dia e 40 horas/ semanais, passando grande parte de seu tempo no ambiente de trabalho, sendo assim foram avaliados o grau de satisfação das condições ambientais do local de trabalho. O gráfico das respostas, aponta categorias, tais como: infraestrutura, comunicação, política salarial, relacionamentos entre as chefias e os colegas, auto realização, trabalho motivador: remuneração, reconhecimento profissional e por fim, sugestões de melhorias. Questionário de Satisfação no Trabalho dos servidores públicos da instituição pesquisada foi apresentada de maneira positiva na maioria das respostas. Sendo o contrário, se os servidores indicassem uma insatisfação, ou

seja, uma opinião divergente ao fato, estes apresentariam desmotivação para o trabalho e seus rendimentos seriam seu reduzidos ou seja, diante de fatores extrínsecos como respostas (HERZBERG, 2003).

Tabela 5 - Grupos das categorias.

Grupos	Fatores	Questões
1	Infraestrutura	1
2	Pergunta subjetiva aberta	2
3	Comunicação	3
4	Pergunta subjetiva aberta	4
5	Política salarial	5 a 6
6	Pergunta subjetiva aberta	7
7	Relacionamento com as chefias	8
8	Pergunta subjetiva aberta	9
9	Relacionamento com os colegas	10
10	Pergunta subjetiva aberta	11
11	Auto-realização	12 a 14
12	Motivação no seu trabalho	15 a 16
13	Remuneração	17

Fonte: Dados da pesquisa realizada entre fevereiro e março, elaborada pelo próprio autor (2020).

Sabendo que o engajamento do servidor público em geral é um dos principais instrumentos importantes para garantir a qualidade do trabalho, tanto individual ou coletivo faz se necessário superar os desafios impostos dentro do clima organizacional, confiança, o Líder deve transmitir uma mensagem de integridade, fazendo aquilo que fala, dando exemplo, tornado os conflitos mais respeitosos e construtivos, dando abertura aos colegas, demonstrando com

ações, levando os mesmos a terem mais compromisso e responsabilidade para a obtenção dos resultados. A autoavaliação é importante, o saber ouvir o outro será um processo em que todos sairão ganhando tanto a organização quanto os membros que compõem o Recursos Humanos desta empresa seja ela pública ou privada. Diante do saber ouvir, observemos então abaixo os gráficos com as respostas dos respondentes do questionário apresentado à pesquisa:

Segundo os dados coletados na demonstração do grupo um (1) do fator infraestrutura, os funcionários foram considerados positivos as suas respostas estão com um grau de satisfação, com relação ao ambiente de trabalho assim como podemos compreender.

No próximo item expressa-se a comunicação e a influência do clima organizacional considerando o processo de comunicação nos sistemas de informação, fluxo da informação, normas e rotinas adequado para a execução do seu trabalho, conduziu se ao ponto de equilíbrio nas maioria das respostas aos questionamentos.

Na questão do grupo 5 do fator Política Salarial a insatisfação é predominante pois não concordam com seus salários e o descontentamento é visível sendo que 99% dos entrevistados querem uma política salarial mais justas. Sendo assim considerando as política salarial inadequada definitivamente. A prefeitura não oferece benefícios e recompensas tais como premiações e gratificações, é apenas o salário mensal, não oferece aumento de salários há bom tempo, e um fator que eles questionam com os gestores é de que trabalham no ambiente escolar, mas não faz parte do Plano de Cargos e Carreira a Educação, e também não tem um próprio de funcionário público municipal, desdobram para manter a escola em ordem no que diz respeito a documentação mas querem um reconhecimento maior por parte do poder público.

Portando, o número dos insatisfeitos são maiores somando sessenta e sete (67%) por cento dos entrevistados, e os vinte dois (22%) por cento de satisfeitos são excessões que destoaram dos outros funcionários por estarem exercendo um cargo acima e ganhando melhor e podendo realizar seu trabalho com mais serenidade, pois no que diz respeito a “dupla jornada” eles estão fora desse conceito, podem contar com auxiliares que deixam suas atividades mais brandas, com relação a carga horária exaustiva.

E em observância o indiferente resultou na porcentagem de onze por cento(11%) podemos constatar que um dos respondentes não se importa com o que ocorre dentro da instituição, levando à acreditar que já está sem estímulos e não acredita que este cenário irá mudar.

Com relação aos colegas os índices foram altos de aprovação positivamente somando oitenta e nove por cento (89%) que estão satisfeitos com o trabalho em equipe e indiferentes um opinião minoritária om onze por cento (11%) totalizados. Como já é sabido no caso onde o trabalho é dominado por mulheres é mais comumente ocorrer a conhecida divisão do trabalho, sabendo que as mesmas enfrentam a chamada “dupla jornada”. Muitas vezes levando as a exaustão, outro fator que além do cansaço deparam com uma carga horária, que as afastam muito tempo fora de casa, a remuneração não estimula, pois não conseguem se manter com uma quantia mínima, não conseguindo investir numa qualidade de vida melhor, e involuntariamente sofrem influências diretas e indiretas.

Devido aos fatores já apresentados como: dupla jornada, salários baixos, sem premiações, e ainda com certas punições em seus salários com desconto em folha por muitas vezes não conseguirem ir ao trabalho por exaustão, não se sentem estimuladas para o trabalho.Observamos que na demonstração do grupo 13, o fator Remuneração pode se observar que na pesquisa se concentra no

maior número de insatisfeito com a remuneração, pois se queixam do salário baixo a maioria dos respondente conforme demonstra nas informações abaixo, levando a indicar assim um dos pontos negativos da pesquisa. E ainda a maior queixa negativa é a falta de reconhecimento por parte dos que comandam, sendo que no âmbito municipal as chefias oscilam de acordo com as eleições, não por competência, isso vem desestimulando os concursados.

Ao concluir a tabulação dos dados por meio de questionário, é possível analisar as variáveis abordadas, levando com isso, a alcançar o objetivo principal analisando os aspectos motivacionais dos servidores públicos no setor dos recursos humanos, com foco nos funcionários da área da documentação escolar. Embasamento estes que darão condições para responder a pergunta da pesquisa, os servidores públicos da Secretaria de Educação no setor da documentação escolar do município de Bandeirantes-Pr, sentem-se motivados para realizar suas funções e cumprirem a missão do setor? Podendo sugerir caminhos a seguir partindo até mesmo das sugestões dos entrevistados.

Considerações Finais

Os diversos aspectos de uma empresa tem características que podem motivar ou desmotivar um funcionário, desse modo, o presente trabalho buscou avaliar características relevantes sobre a análise motivacional dos servidores públicos da Secretaria de Educação no setor da documentação escolar do município de Bandeirantes, no estado do Paraná.

Contudo, a presente pesquisa corroborou com a afirmação sobre a análise da motivação dos funcionários para realizar suas funções e cumprirem a missão do setor, sendo assim, obteve-se respostas positivas com relação as características da infraestrutura do local de trabalho, comunicação, política salarial, relacionamento com chefias e colegas e autorrealização para motivar o funcionário a cumprir a missão, visão e valores do setor em análise.

Conclui-se a relevância da presente pesquisa, sob a ótica de analisar aspectos motivacionais dos servidores públicos e como trabalhos futuros deixa-se a idéia de correlacionar as características apontadas como motivacionais com o desempenho dos funcionários, corroborando com o resultado alcançado do desenvolvimento da pesquisa.

Referências

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7 ed. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DUTRA, A. **Gestão de pessoas na área pública**. Curso de Especialização em Administração Pública. Unoesc, Joaçaba. Outubro de 2009.

EISENHARDT, K. **Building theories from case study research**. Academy of Management Review, v. 14, n. 4, pp.532 – 550, 1989.

ETTINGER, K. E. **Administração do pessoal**. São Paulo: Editora IBRASA, 1980.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

KLEIN, F. A. ZETESIS. **Motivação, satisfação profissional e evasão no serviço público: o caso da carreira de especialistas em Políticas Públicas e Gestão**.

Governamental. Fundação Getúlio Vargas. Revista Administração Pública. Rio de Janeiro 50(1):17-39, jan./fev. 2016.

MEIRINHOS, R. BARRETO, A. M. **A Comunicação Estratégica como Fator de Retenção de Recursos Humanos**. Media & Jornalismo, vol.18 no.33 Lisboa nov. 2018.

OLIVEIRA, J. A. **Gestão de pessoas no setor público**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2016. 180p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES PARANÁ. **Portal da educação**. Disponível em: <<http://www.bandeirantes.pr.gov.br>> Acesso em 05 de outubro de 2020.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

ROBBINS, S. P. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. 306 p.

RODRIGUES, W. A. REIS NETO, M. T. GONÇALVES FILHO, C. **As influências na motivação para o trabalho em ambientes com metas e recompensas: um estudo no setor público**. Revista Administração Pública, vol.48 no.1 Rio de Janeiro Jan./Fev. 2014.

SERRANO, D. P. **Teoria de Maslow**. Biblioteca virtual Portal do Marketing. Disponível em <<http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/maslow.htm>> Acesso em 5 de outubro de 2020.

UNISANTA Universidade Santa Cecília. Santos, SP. **A Pesquisa e suas classificações**. Disponível em<https://cursos.unisanta.br/civil/arquivos/Pesquisa_Cientifica_metodologiaspdf> Acesso em 1 de outubro de 2020.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Mônica Aparecida Bortolotti

Bacharelado em Ciências Econômicas - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2006); Bacharel em Ciências Contábeis - Cruzeiro do Sul (2020); Tecnólogo em Gestão Pública - Universidade Estadual do Oeste do Paraná -UNIOESTE (2021) Doutora em Políticas Públicas - Universidade Federal do Paraná - UFPR (2019); Mestrado em Extensão Rural - UFSM (2008); Mestre em Desenvolvimento Regional - Universidade Tecnológica do Paraná -UTFPR (2014); Pós - graduada em Educação Ambiental - UFSM (2011); e, MBA em Controladoria e Finanças Corporativas - Faculdade Futura (2021). Áreas de atuação: Contabilidade Pública; Contabilidade Social; Gestão pública; Políticas Públicas; Políticas Agrícolas; Macroeconomia; e, Segurança Alimentar e Nutricional. Experiência em Instituições Públicas e Privadas; Núcleo Docente Estruturante (NDE); Conselho Departamental; Coordenação de Curso; Tutoria em Cursos de Educação à distância; Orientação de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso. Atualmente docente colaboradora do Departamento de Ciências Contábeis Unicentro/Irati.

E-mail: monica_economia@yahoo.com.br

Maricléia Aparecida Leite Novak

Doutoranda no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDCUNICENTRO). Mestre no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO). Especialista em Auditoria e Controladoria pela UNICESUMAR e em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Professora colaboradora do Setor de Sociais Aplicadas, departamento de Ciências Contábeis na Universidade Estadual do Centro- Oeste- UNICENTRO, campus Irati. Áreas de interesse: Auditoria e Controladoria contábil; Contabilidade Gerencial; Contabilidade Ambiental; Gestão Pública, Empresarial e Ambiental; Interdisciplinaridade; Políticas públicas; Gestão de resíduos; Análise do impacto das atividades humanas no solo, na água e no ar; Educação ambiental; Sustentabilidade ambiental e Pagamento por serviços ambientais. E-mail: maricleia@hotmail.com.br

SOBRE OS AUTORES

Almir Cléydison Joaquim da Silva: Economista pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestre e doutorando na área de Estado, Economia e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor universitário. Desenvolve pesquisas nas áreas de desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional, análise de políticas públicas e política industrial.

Email: almirjoaquim@gmail.com

Evandra Erica Kruk: Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. E-mail: evandrakruk@gmail.com

Gabrielle Santangelo Leiner: Possui graduação em Direito pela Universidade Positivo. Pós-graduada e Especialista pela Escola da Magistratura do Paraná. Especialista pela Escola da Magistratura do Paraná. Pós-Graduada pela Escola do Ministério Público de Santa Catarina. Especialista em Direito Bancário - Verbo Jurídico. Especialista em Metodologias Ativas pela FATEB. Foi docente por 8 anos na Instituição FATEB - Faculdade de Telêmaco Borba. Coordenou o Núcleo de Prática Jurídica da FATEB por 6 anos consecutivos. Implementou e Coordenou o Laboratório de Law Design da FATEB. Supervisionou os Projetos de Integração do Curso de Direito, implantando diversos Projetos Integradores. Entusiasta de Projetos que vinculam sociedade e faculdade, legal design e tecnologias. Delegada da OAB/Subseção Telêmaco Borba (2022-2024). Proprietária e Head da Leiner Advogados desde 2014..

E-mail: leiner.juridico@gmail.com

Gabrielle Santangelo Leiner: Possui graduação em Direito pela Universidade Positivo. Pós-graduada e Especialista pela Escola da Magistratura do Paraná. Especialista pela Escola da Magistratura

Gelson Menon: Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) (2013) e em História pela UNICENTRO (2003). Especialista em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera (2015) e em Perspectivas do Ensino de História do Brasil pela UNICENTRO (2005) Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO. Atualmente é Contador e Professor de Ensino Superior na Universidade Estadual do Centro-Oeste. Com experiência na área de Contabilidade Geral e instituições financeiras. E-mail: gelsonmenon@gmail.com

Isabel Cristina Xavier Bilar: Bacharel em Administração Pública (UEPG).
Email: bel-cristina@outlook.com.br

Luís Gustavo Batista Caetano: bacharel em Ciência Contábeis (UNICENTRO).
Email: batistaluis313@outlook.com

Maricléia Aparecida Leite Novak: Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Mestre no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC-UNICENTRO). Doutorando no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO).
E-mail: maricleia@hotmail.com.br

Marinês Taffarel: Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (1998). Especialista em Gestão de Negócios (UFPR). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2009). Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC PR (2015). E mail:- mtaffarel@unicentro.br

Mônica Aparecida Bortolotti: Bacharelado em Ciências Econômicas - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2006); Bacharel em Ciências Contábeis - Cruzeiro do Sul (2020); Tecnólogo em Gestão Pública - Universidade Estadual do Oeste do Paraná -UNIOESTE (2021) Doutora em Políticas Públicas - Universidade Federal do Paraná - UFPR (2019); Mestrado em Extensão Rural - UFSM (2008); Mestre em Desenvolvimento Regional - Universidade Tecnológica do Paraná -UTFPR (2014); Pós - graduada em Educação Ambiental - UFSM (2011); e, MBA em Controladoria e Finanças Corporativas - Faculdade Futura (2021). Áreas de atuação: Contabilidade Pública; Contabilidade Social; Gestão pública; Políticas Públicas; Políticas Agrícolas; Macroeconomia; e, Segurança Alimentar e Nutricional. Experiência em Instituições Públicas e Privadas; Núcleo Docente Estruturante (NDE); Conselho Departamental; Coordenação de Curso; Tutoria em Cursos de Educação à distância; Orientação de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso. Atualmente docente colaboradora do Departamento de Ciências Contábeis Unicentro/Irati. E-mail: monica_economia@yahoo.com.br

Rodrigo Alessi: Bacharel em Ciências Contábeis.

E-mail: rodrigo07.alessi@gmail.com

Silmara Alexandre Delfino: Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

E- mail: Silmara.alexandredelfino@gmail.com

Yaskara Max Raimundo Fegert: Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1994), graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011) e mestrado em Ciências (Economia Aplicada) pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual do Centro-Oeste, perita judicial – Justiça Estadual do Estado do Paraná e perita judicial – Justiça Federal do Paraná. E-mail: yaskara@unicentro.br

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

VOLUME II

www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952

